



**ATA N.º 5/2016**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

**PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.**

**PONTO 2 – MOÇÃO - TAXAS DE SERVIDÃO AGRÍCOLA A PARTIR DE ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 3 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. 3º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº36/DGF/2016 - Para conhecimento.**

**PONTO 4 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº30/SC/2016. Para conhecimento.**

**PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA – INFORMAÇÃO 31/SC/2016. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 6 – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO – 2ª S PROPOSTAS DE REDUÇÃO DO SPREAD. INFORMAÇÃO Nº 37/DGF/2016. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 7 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/ DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2017. PROPOSTA 90/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 8 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2016 E A COBRAR EM 2017. PROPOSTA Nº 94/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 9 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº104/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 10 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO-EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 11 – PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CHAVES, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA**



**BÁSICA E SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES. PROPOSTA Nº112/GAP/16. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA – ANO 2017. PROPOSTA Nº 113/GAP/16. Para apreciação, discussão e votação,**

**PONTO 13 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS, VILA POUCA DE AGUIAR E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA – ANO 2017. PROPOSTA N.º 115/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 14 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2016/2017. INFORMAÇÃO Nº170/SE Nº72/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 15 – PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA N.º 102/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 16 - CONTRATO DE CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO. - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO ANEXO I. PROPOSTA N.º 110/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 17 – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE FUNDADOR COM A FUNDAÇÃO DE SERRALVES. PROPOSTA Nº114/GAP/16. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 18 – PROPOSTA DE PROSSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE CHAVES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL COM O AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROCIDADE CHAVES-VERIN, PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS POSTOS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA - PROPOSTA Nº 116/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 19 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL. LEI N.º 32/2016, DE 24 DE AGOSTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº181/SHSDPC/N.º80/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 20 – INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE EMPREENHIMENTO TURÍSTICO, PEDIDO DE DECLARAÇÃO – PROCESSO N.º 517/16 – ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA BEMHAJA SARAIVA – LUGAR DE CORTINHAS, FREGUESIA DE VIDAGO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SR. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 02.12.2016. Para apreciação, discussão e votação.**



**PONTO 21 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRAS. PROPOSTA N.º 101/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 22 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA. PROPOSTA N.º 103/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 23 – CERTIDÃO IMT – ARTº 45 - REQUERENTE: HERVÉ ALVES DO FUNDO - LOCALIZAÇÃO: RUA DA PONTE Nº 29 - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 300/12 REQUERIMENTO N.º 876/16 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº226/DSCH/2016 - O TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, Eng.º. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 24 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE IMI E IRS - REQUERENTE: MARIA ISABEL FREITAS FERREIRA NOGUEIRA - LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA 192-194-196 - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 645/14 REQUERIMENTO N.º 1465/16 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº241/DSCH/2016 O TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, Eng.º. Para apreciação, discussão e votação.**

**PONTO 25 - CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS- REQUERENTE: MARIA GLORIA GUERREIRO CONDEZ - LOCALIZAÇÃO: RUA JOAQUIM DELGADO Nº 4 - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 239/10 REQUERIMENTO N.º 1367/16-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº240/DSCH/2016. O TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, Eng.º. Para apreciação, discussão e votação.**

Feita a chamada verificaram-se 78 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

*Maria Manuela Pereira Tender*

*António Manuel Santana Abelha*

*Francisco António Taveira Ferreira*

*José Carlos Costa Matos Conceição*

*João Luís Gonçalves Rodrigues*

*Maria Helena da Silva Barreira*

*José António Trindade Mendes*

*Nuno André Coelho Chaves*

Faltaram:

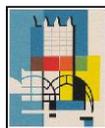
*Presidente da Junta de Freguesia de Mairós – João Pedro Fontoura Garcia*

**Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia,**

O Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos, começando por cumprimentar todos os presentes na sala. Em seguida informou que deu entrada na Mesa duas Moções, designadas por “**Moção A**” e “**Moção B**”.

**A Moção A** foi apresentada pelo Grupo Municipal do PSD e lida pela Senhora deputada Márcia Teixeira, que se transcreve:

**“Taxas de infraestruturas a cobrar pela Administração Rodoviária referentes ao uso público vário, da infraestrutura rodoviária e o uso privado do domínio**



público, bem como pelas autorizações previstas no Estatuto das estradas da Rede Rodoviária Nacional, fixando igualmente as taxas a cobrar pela instrução dos processos, emissão de pareceres, realização de vistorias e sua revalidação anual.

### **I – EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS E CONSIDERANDOS**

- 1. Os acessos viários às estradas, a que se aplica o Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional aprovado na Lei 34/2015 de 27 de abril, construídos em terreno que seja bem público, ainda que podendo dar apenas serventia a propriedades particulares, consideram-se integrados no domínio público, desde que inscritos no cadastro do património rodoviário.**
- 2. Tal passará a constituir verdadeiras servidões, fixando-se a aplicação de taxas referentes ao uso público viário da infraestrutura rodoviária e o uso privativo do domínio público, bem como pelas autorizações previstas no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, fixando igualmente a taxas a cobrar pela instrução dos processos, emissão de pareceres, realização de vistorias e sua revalidação, através da criação da Portaria 357/2015 de 14 de Outubro.**
- 3. São Estradas da Rede Rodoviária Nacional no Concelho de Chaves, a A24, a EN103, EN2, EN213, EN311.**
- 4. Os valores fixados na supra mencionada portaria, nos seus artigos, 3º, 4º, 5º e 6º, chegam a ser, verdadeiramente “pornográficos”. A título de exemplo, para a instrução de um processo o particular terá de despende logo, à cabeça, 700,00 € (artigo 3 al a) e b), assim como pelo pedido de revalidação de licença ou autorização, anual, terá se ser paga a quantia de 300,00 € (artigo 3 al d).**
- 5. Considerando que esta medida se revela absolutamente infundada e injusta, como se poderá ver, por exemplo, no que respeito diz às propriedades agrícolas e respetivos acessos que já existiam muito antes da construção das estradas nacionais e regionais.**
- 6. Considerando que, durante mais de 140 anos, nunca se pagaram taxas, e muitas das expropriações dos terrenos para as estradas nunca foram pagos aos seus proprietários, maior injustiça há nestas taxas.**
- 7. Comparativamente com o IMI, imposto municipal que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, que se rege pelos princípios da equivalência e do benefício e em que, de acordo com o preâmbulo do Código que o rege, o seu pagamento corresponde à contrapartida dos benefícios que os proprietários recebem com obras e serviços que a comunidade proporciona, estas taxas violam o princípio da proporcionalidade, uma vez que as decisões administrativas que colidam com direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afetar essas posições na medida do necessário e em termos proporcionais aos objetivos a realizar.**

### **II – PROPOSTA**

Neste sentido, e atendendo ao supra exposto, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 21 de dezembro de 2016, com o objetivo de criar um



**movimento nacional tendente à revogação da Lei 34/2015 de 27 de Abril, designadamente o seu artigo 63º, assim como à extinção da Portaria n.º 357/2015 de 14 de Outubro, propõe a aprovação da presente “Moção” assim como o seu posterior envio aos Exmos. Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais. Assembleia Municipal de Chaves em 21 de dezembro de 2016. O Grupo Municipal do PSD.”**

Em seguida a Senhora deputada deu uma breve explicação sobre esta proposta.

Há Presidentes de Junta e outros cidadãos que receberam notificações sobre esta questão, para fazer pagamentos. Acontece que no decurso do processo de discussão do Orçamento de Estado para 2017, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou duas propostas de alteração a esta Lei e foram aprovadas.

Com estas alterações, neste momento, não serão cobrados custos aos titulares dos imóveis, na regularização/legalização das servidões, contudo esta normativa vigora apenas para 2017. Depois disso não se sabe o que vai acontecer. Os valores estão fixados na Portaria e por essa razão o Grupo Municipal do PSD pede à Assembleia Municipal que vote favoravelmente esta Moção, mesmo contra uma lei criada pelo governo PSD, por entender que isto é um verdadeiro atentado ao direito de propriedade, razão porque se está a criar este movimento no sentido de vir a conseguir a revogação desta Portaria.

### **Intervenções:**

**António Jorge Pinto de Barros do PS** – depois de cumprimentou os presentes disse que o Partido Socialista votará favoravelmente a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

De facto todos compreendemos os motivos e os fundamentos desta Moção, mas há uma questão que ressalta. Atravessamos um tempo com plena desconfiança dos cidadãos em relação à classe política e isto é um exemplo acabado do que é governar contra os cidadãos, tendo em conta que estamos a falar de uma Lei produzida num espaço muito curto de tempo, seguida de uma Portaria publicada em 2/10/2015, dois dias antes das eleições, que aprova taxas com valores completamente descabidos. Isto é o afastamento da nossa classe política ao objetivo da governação, que são os cidadãos.

Não devemos aprovar esta Moção só no sentido de acabar com esta Lei e com a Portaria, mas também para ganhar consciência que a governação, a gestão do bem público, não pode ser feita desta maneira.

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – cumprimentou os presentes e disse que, mais uma vez, foi o Partido Comunista a lançar a estratégia que permite que a Lei não ganha efeitos, já no curto prazo.

Apreciamos os comentários feitos pela Senhora deputada Márcia Teixeira e reparem que é o PCP que vem demonstrando constante coerência sobre a questão; o pragmatismo de encontrar uma solução neste Orçamento de Estado que proteja os cidadãos nesta matéria.

O Grupo Municipal da CDU vai votar favoravelmente a Moção e aplaude a iniciativa do PSD.



**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD** – cumprimentou os presentes e disse que o PSD tem uma visão próxima das pessoas.

Disse que não é seguidista das políticas governamentais e que isso já foi demonstrado por mais do que uma vez. Já aqui apresentamos propostas que vão contra políticas do governo, seja ele qual for. Neste caso, como foi dito pela Senhora deputada Márcia Teixeira, foi o governo do PSD que fez a Lei e publicou a Portaria. Importa referir que na data em que estas normativas legais foram aprovadas o Partido Socialista tomou a posição de abstenção na Assembleia da República. Esperamos agora, que o governo do PS possa revogar essa legislação conforme agora propomos.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – usou da palavra para defesa da bancada.

Depois de cumprimentar os presentes disse que, por uma questão de coerência, era importante que se dissesse que é verdade que, no momento da discussão do diploma na AR, o Partido Socialista se absteve. Mas que também é verdade que na votação da proposta de alteração apresentada pelo PCP, em sede de discussão do Orçamento, o PS votou favoravelmente.

Esta Lei não tem os efeitos práticos no ano de 2017, porque é um diploma excepcional que foi proposto por iniciativa do PCP e votada favoravelmente pelo PS. Portanto se há aqui uma proteção dos cidadãos é da parte do PS e não de outros partidos.

**O Senhor Presidente da Câmara** cumprimentou os presentes a aproveitou, desde logo, para desejar a todos umas Boas Festas e um Bom Ano de 2017 extensivo às respetivas famílias.

Enquanto Presidente da Câmara estou aqui para defender os interesses do Concelho de Chaves e não para defender o que diz o Governo da República A ou o B. O Presidente da Câmara de Chaves e o Município, quando as decisões do governo nos são favoráveis aplaudimos e quando não o são votamos contra, fazendo chegar a nossa voz.

A minha intervenção tem a ver com o facto de o ponto número dois, da ordem de trabalhos, ser de natureza semelhante.

Acontece que esta Moção é mais abrangente do que a que foi aprovada na reunião de Câmara, na medida em que aquela só refere os prédios rústicos e a que está agora em discussão engloba também os prédios urbanos.

O documento foi melhorado e foi introduzido o princípio da proporcionalidade que é muito importante, na medida em que o governo vai rever a Lei e a Portaria.

Espero que uma servidão a uma propriedade urbana não custe mais ao proprietário do que custa o imóvel através do IMI; isso é que é o princípio da proporcionalidade. Se o valor patrimonial for taxado a um valor inferior ao de uma servidão, há qualquer coisa que não estará bem na Lei e daí esta “Moção” fazer todo o sentido.

Em face do exposto proponho que seja retirado o ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

***Posta à votação a “Moção A” foi aprovada por unanimidade.***

**A Moção B** foi apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, refere os **“40 anos das Primeiras Eleições Autárquicas”** e foi lida pelo Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha que se transcreve:

**“Moção – 40 anos das Primeiras Eleições Autárquicas.**



**Comemoram-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas.**

**A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.**

**O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais.**

**A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento de um intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4.034 freguesias então existentes.**

**O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da república Portuguesa.**

**O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.**

**Indiferente á importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias.**

**As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas devem ser um momento para afirmar a importância do Poder Local Democrático e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.**

**Um momento de convergência e unidade dos democratas em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República.**

**Face ao exposto, a AM de Chaves reunida em 21 de dezembro de 2016, delibera:**

- 1. Saudar as primeiras eleições autárquicas realizadas a 12 de dezembro de 1976 e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos.**
- 2. Reclamar para as autarquias locais a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.**

**Chaves, 21 de dezembro de 2016. Os Eleitos da CDU.”**



### **Não houve intervenções**

*Posta à votação foi aprovada por unanimidade.*

### **Outras intervenções neste Período Antes da Ordem do Dia**

**Francisco António Pinto de Barros do PS** – cumprimentou os presentes e em seguida disse que entre a Rua Tomé Távora de Abreu, e a Rua que vai dar aos Aregos, sensivelmente a meio, há uma rua transversal, com cerca de 70 metros de comprimento, com estacionamento de um lado e que permite trânsito nos dois sentidos. Disse que nestas vias os sinais de trânsito são confusos e causadores de transtornos para quem tem de circular pela referida travessa, tendo inclusive, havido ali acidentes. Pede para que os serviços se desloquem ao local e corrijam a situação, logo que possível.

Também na Avenida D. Pedro Álvares Cabral, em frente à Repartição de Finanças, no acesso à escadaria que vai para as Termas, não existe qualquer corrimão que possa auxiliar as pessoas com dificuldades. A proteção vidrada que ali existe, se for quebrável, pode representar perigo se alguém cair. Certamente a colocação do corrimão resolvia.

Terminou desejando a todos um Bom Natal e melhor Ano Novo.

**Francisco José Teixeira Silva Lopes Preto do MAI** – cumprimentou os presentes e felicitou a Câmara e a ACISAT pela bonita iluminação de Natal que este ano foi instalada nas ruas da cidade.

O MAI desde que faz parte da Assembleia Municipal vem insistindo na feitura de uma auditoria às contas da Autarquia. Há cerca de um ano atrás o Senhor Presidente comprometeu-se a fazer a referida auditoria caso não fosse feita, entretanto, a que está prevista pelo Ministério das Finanças e gostaríamos de saber em que fase está essa inspeção financeira às contas do Município.

**Anselmo José Martins do PS** – depois de cumprimentar os presentes disse que foi abordado para assinar um baixo assinado, no sentido de criar uma paragem de autocarro a meio da Avenida D. João I.

Posteriormente, as pessoas que me contactaram, disseram que tiveram algumas dificuldades em conseguir entregar o documento com as assinaturas, na Câmara Municipal e pediram-me que levantasse o problema nesta Assembleia. É isso que estou a fazer.

Para além disso estou a sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara para que seja autorizada a paragem pedida. Como sabe, quem vive na Avenida D. João I, ou apanha o autocarro na localidade de Outeiro Jusão ou então tem de o apanhar na paragem em frente ao E.Leclerc. Deve ser criada uma paragem de autocarro a meio da Avenida, diminuindo as distâncias.

À semelhança do Senhor deputado Francisco Preto também quero congratular-me com a iluminação de Natal escolhida para este ano, porque na verdade é muito bonita.

Chamo mais uma vez a atenção para que os vasos/floreiras que estão colocadas na Rua de Santo António sejam devidamente alinhados. Há floreiras que estão no meio de passeio e basta enviar lá dois funcionários para os colocar no sítio.

**Manuel Guerra Afonso do MAI** – cumprimentou os presentes e voltou a referir a situação de falta de água em determinado bairro de Valdanta.



Há pessoas que há mais de quinze anos não têm água nas suas habitações. O problema está identificado e não se entende bem que ainda haja pessoas que não têm água nas suas casas ou porque não tem caudal e ou porque não tem pressão, já que a aldeia de Valdanta é atravessada pela conduta em alta. Peço que seja analisada esta situação.

Numa sessão anterior, deste Órgão, coloquei a questão da necessidade de duas rotundas e passadeiras ou lombas em Valdanta e gostaria de saber se o assunto está em estudo ou não.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – depois de cumprimentou os presentes desejou a todos um Santo e Feliz Natal e que o próximo ano traga os presentes que todos ambicionam.

Em seguida apresentou um voto de congratulação pela nomeação do Senhor Eng.º António Guterres para o cargo de Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, que se transcreve:

*“A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sob proposta do seu Conselho de Segurança, no dia 6 de dezembro em curso, propôs o nome de António Guterres para o cargo de Secretário-geral.*

*A proposta do Conselho de Segurança da ONU foi aprovada após a conclusão de um longo e inovador processo de eleição, desenvolvido no seio das Nações Unidas, que permitiu ouvir de forma pública, todos os candidatos ao cargo de Secretário-geral, sendo que a candidatura de António Guterres, pela excecionalidade e brilho das suas prestações, se impôs como a única capaz de liderar esta Organização, no respeito pela respetiva Carta Magna.*

*Pelas suas qualidades humanas, políticas e intelectuais, António Guterres é, seguramente, a personalidade melhor preparada para encontrar as respostas necessárias aos complexos desafios que os tempos modernos suscitam.*

*António Guterres, como Secretário-geral da ONU saberá fazer a necessária concertação entre os vários atores da comunidade internacional, bem como a sua mobilização para a resolução dos problemas humanitários, mais prementes, existentes no mundo.*

*Portugal encheu-se de orgulho com a tomada de posse do novo Secretário-geral da ONU, António Guterres, ocorrida no dia 12 de dezembro em curso.*

*Assim, temos a honra de propor a esta Assembleia que formule um voto de congratulação pela Assembleia Geral das Nações Unidas ter elegido António Guterres, para o cargo de Secretário-geral, bem pela respetiva tomada de posse, ocorrida a 12 de dezembro de 2016”.*

Faço também referência a uma iniciativa tomada pelos deputados do PS na Assembleia da República, eleitos pelo Círculo de Vila Real, que tem a ver com uma Proposta de Resolução sobre a valorização do eixo termal entre Chaves e Peso da Régua, aprovada na Assembleia da República, e recomenda ao governo que consagre um programa nacional de organização da saúde termal, na estratégia termal para 2017; que avalie os projetos aprovados pelo estado em Vidago e Pedras Salgadas e a viabilização da sua concretização final, bem como uma abordagem integral da oferta termal para o Distrito de Vila Real, na sua relação com Orense.

É mais uma menção e um voto de congratulação pela iniciativa dos Senhores deputados do Partido Socialista na AR, que, preocupados com a temática



termal/turismo, recomendaram ao governo, e bem, a tomada de iniciativas no sentido de valorizar o potencial turístico que existe nesta Região. É uma iniciativa que merece ser considerada.

Questionamos o Senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação sobre a situação financeira e económica que a “Pastelnor” atravessa; se a situação financeira da empresa é saudável, se está a tomar algumas iniciativas no sentido de reduzir a sua resposta e presença no concelho, designadamente se já começou com algum processo de despedimento, ou não, e qual é a sua dimensão?

Qual o apoio feito pelo Município, de forma direta ou de outra forma, a esta empresa, designadamente com isenção de taxas ou outros apoios? As rendas a pagar pela empresa estão regularizadas, ou há atrasos? Em caso de rendas em atraso quais os montantes?

Do universo dos trabalhadores gostaríamos de saber quais os que são nacionais e quais os que são espanhóis e se existe algum problema de natureza social com estes trabalhadores.

Perguntamos como está o processo relativamente a regularização do problema ambiental de Outeiro Seco, que tem sido suscitado, sucessivamente, por alguns cidadãos e que tem a ver com a falta de tratamento dos efluentes das unidades industriais que operam na zona industrial. Gostaríamos de saber se a obra já foi lançada e em que fase se encontra. Qual a perspectiva de execução? Fica concluída em 2017 ou continuará em anos seguintes?

A empreitada da obra do Museu das Termas Romanas já está concluída? Já foi recebida definitivamente, na íntegra?

Pela informação que conseguimos apurar era suposto que a empreitada tivesse sido concluída porque o prazo já se extinguiu.

Para quando está prevista a entrada em funcionamento e, conseqüentemente, a integral abertura ao público deste equipamento cultural?

Estamos no final de 2016 e gostaríamos de saber o ponto da situação relativamente a algumas questões que foram sendo abordadas; se estão cumpridas ou se estão a ser equacionadas as soluções para o próximo ano.

Relativamente ao MARC em que fase se encontra o processo de internalização?

A decisão de extinção é de 2012. Estamos em finais de 2016 e gostaríamos de saber quando é que este processo fica verdadeiramente concluído. Também gostaríamos que nos explicasse, de forma expressa, como tem sido satisfeitos os encargos resultantes do empréstimo, quer no que respeita a juros, quer na amortização do capital e qual tem sido o instrumento financeiro para o resolver.

É através de letras, livranças? Qual a solução que tem encontrado para resolver esta questão?

Qual o plano de intervenção previsto para todos os arruamentos da cidade e de algumas vias municipais?

É inaceitável que nesta altura não tenhamos umas piscinas cobertas, com qualidade, para receber toda a comunidade escolar, para o desporto escolar, para a prática amadora, para a comunidade sénior e para os flavienses em geral. Chaves durante anos desaproveitou fundos comunitários quando outros concelhos os aproveitaram e hoje tem piscinas e não tem público. Nós temos público e não temos piscinas.

Perguntamos o que é que acontece com o Pavilhão Desportivo?



Era suposto em 2016 ter acontecido uma auditoria financeira às contas da Autarquia e não aconteceu; provavelmente acontecerá em 2017.

**Manuel Justino Matos Cunha** do **CDU** – referiu-se aos problemas que houve em tempos com o pagamento das portagens e com as multas exorbitantes que foram aplicadas e deixou o seguinte alerta:

Em agosto de 2015 houve uma amnistia. Essa amnistia só abrangeu os processos que já estavam para execução fiscal. O problema é que as concessionárias têm um período muito maior para pedir a execução; tem um prazo após o não pagamento, suponho que de cinco anos, e isso está a permitir que estejam a chegar contas exorbitantes a muitas pessoas, semelhantes às que aconteceram no passado, referentes ao mesmo período e que já não são abrangidas pela amnistia. Essa situação sendo permitida juridicamente, é um absurdo. É um absurdo que pela mesma penalização, que ocorreu no mesmo período, por não funcionamento da via verde, em concessionárias distintas, aqueles que ativaram a execução fiscal imediatamente, permitiram que os “faltosos” fossem amnistiados. Das concessionárias que não o fizeram, estão a aparecer agora as multas por execução fiscal.

Pelo que entendo estas multas excessivas revertem para o estado e julgo que deve ser uma função dos autarcas perceber a dimensão deste problema e exigir uma nova amnistia. Não se compreende que uns cidadãos que cometeram as mesmas “faltas”, por engano, porque o sistema não funcionou, tenham sido amnistiados e outros não.

Disse e reafirmo, que as questões da saúde dependem muito mais do governo do que das administrações locais e as medidas deste governo para qualificar e defender o SNS, nas regiões do interior, tardam.

Chamo a atenção para aquilo a que se chama o cheque meio complementar de diagnóstico consulta, e o cheque cirurgia. Alguns vêm de trás mas outros já são iniciativas do atual governo. Podem parecer muito interessantes, mas são destruidores das unidades hospitalares do interior do país porque criam autênticas autoestradas para as unidades privadas e até para os hospitais públicos do litoral e isso vai penalizar os hospitais do interior.

É bom estar atento e não se tenha a ilusão, como já vi escrito em jornais, que a abertura de um hospital privado em Chaves vai resolver os nossos problemas. Os hospitais privados não resolvem as questões de saúde das nossas populações porque eles vão destinar-se a uma franja muito pequena da população.

Continuo a reafirmar que são as questões nacionais do Ministério da Saúde e do Governo que vão determinar, no essencial, o Serviço Nacional de Saúde e os Hospitais do interior. As medidas deste governo tardam e algumas das que se conhecem são penalizadoras, no concreto e no imediato; não se interrompeu o processo de degradação das unidades hospitalares do interior, do SNS, e não é sem razão que crescem, como cogumelos, unidades privadas financiadas com dinheiros públicos.

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão** do **PSP** – com a comemoração dos 40 anos da realização das primeiras eleições livres felicitou todos os autarcas das freguesias, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.

Permitam-me, de uma forma especial felicitar os autarcas do PSD, uma vez que em 1976 a vitória foi do Partido Social Democrata.



Uma palavra de felicitação também para o Município, seus colaboradores e para o Executivo Municipal pelo Portal da Internet do Município de Chaves que ficou classificado em 2º lugar, no ranking de índice de presenças na Internet para a Região Norte, em 3º na categoria de média dimensão e em 5º lugar na classificação geral, a nível nacional. O estudo é da responsabilidade da Universidade do Minho e está no site onde pode ser consultado.

No sentido de debater questões inerentes ao funcionamento e à prestação de cuidados e de serviços na Unidade Hospitalar de Chaves, o Grupo Municipal do PSD solicitou ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, o agendamento de uma reunião de trabalho. Essa reunião decorreu ontem de manhã (dia 20) no Hospital de Chaves.

O Grupo Municipal do PSD gostaria, antes de mais, de sublinhar e enaltecer a amabilidade, cordialidade e disponibilidade quer do Presidente do Conselho de Administração, Dr. João Porfírio Carvalho de Oliveira, quer do Diretor Clínico, Dr. João Gaspar. Não vamos divulgar o conteúdo da conversa da reunião até porque as grandes decisões não dependerão do Conselho de Administração mas sim do governo e muito em particular do Ministro da Saúde.

Para além de algumas questões e de alguns alertas, críticas e sugestões que foram colocadas, também foram colocadas questões muito concretas, designadamente se existe um Plano Estratégico para o Centro Hospitalar?

Qual o entendimento da Administração do Centro Hospitalar quanto ao papel que a Unidade Hospitalar de Chaves deve ter no contexto do CHTMAD?

Está previsto, no curto prazo, o Hospital de Chaves ter consultas externas de todas as especialidades existentes no Centro Hospitalar?

Vão ser realizadas as obras previstas na candidatura do Pacto de Desenvolvimento do Alto Tâmega ao abrigo do Programa Norte 2020 – remodelação do Bloco Operatório?

E ainda se o Hospital de Chaves vai ser diferenciado nas especialidades de ortopedia e de reabilitação física; se está previsto o reforço clínico, particularmente nas especialidades de cirurgia geral, medicina interna, pediatria e ortopedia para se poder manter a urgência médico-cirúrgica em Chaves.

De referir que o Grupo Municipal do PSD de Chaves está muito preocupado com a situação da nossa Unidade Hospitalar porque nos parece não haver qualquer estratégia. A nossa conclusão é que o Hospital de Chaves não será diferenciado em especialidades. Será um hospital de “retaguarda” com cuidados de convalescença, nome simpático para designar de forma diferente, cuidados continuados e um hospital de cuidados paliativos.

Há a garantia de que, para já, não está em risco a urgência médico-cirúrgica. É natural que o Hospital de Chaves venha a ter algumas consultas externas e até cirurgia de ambulatório, mas com este rumo, poderá estar em risco, também, a urgência médico-cirúrgica, a cirurgia geral e a ortopedia.

Como atrás referi, Grupo Municipal do PSD de Chaves, está muito preocupado com a atual situação do Hospital de Chaves e com o rumo que poderá vir a ser tomado. Atualmente verifica-se a ausência de um Plano Estratégico. A tutela deverá, de uma forma séria e rápida, repensar este modelo que está falido. Desde 2003 a 2016,



sensivelmente, o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e alto Douro já perdeu mais de trinta milhões de euros.

O atual Secretário da Saúde, Dr. Manuel Delgado, admitiu há poucos dias, a separação dos hospitais do Algarve – Faro e Portimão.

O caminho do Hospital de Chaves terá de ser, em nosso entendimento, o de um Hospital autónomo, como EPE, por exemplo. De referir que o primeiro pedido, nesse sentido, foi feito ainda antes da integração do Hospital de Chaves no CHTMAD.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados antes mencionados, pela ordem de intervenção.

*O Senhor deputado Francisco Pinto de Barros* fez algumas considerações sobre o trânsito na zona dos Aregos. Vamos comunicar de imediato aos serviços para estudar em esta situação com atenção. Poderá ter acontecido que algum sinal tenha sido retirado na via/Travessa que referiu.

Vamos também verificar a necessidade do corrimão, que mencionou, nas escadas de acesso ao Balneário das Termas.

*O Senhor deputado Francisco Preto* congratulou-se com a iluminação de Natal, que agradeço. No ano de 2015 efetivamente não correu bem. Era habitual a colocação da iluminação de Natal ser feita exclusivamente pela ACISAT com a receita proveniente da Feira dos Santos. Este ano entendemos que a Autarquia se devia associar para melhorar, uma vez que a receita da feira não é suficiente para podermos ter uma iluminação com a qualidade que se requiere. De referir que as Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior e Madalena/Samaiões também se associaram e o resultado foi bem mais satisfatório.

O Senhor deputado colocou ainda a questão sobre a inspeção às contas da Autarquia. Informo a Assembleia que está a decorrer uma inspeção ordinária, exclusivamente da área financeira, promovida pela Inspeção Geral de Finanças, a qual teve início no mês de Novembro findo.

*O Senhor deputado Anselmo Martins* falou numa paragem na Avenida D. João I e na dificuldade em entregar o abaixo-assinado.

Não duvido da palavra do Senhor deputado mas fico perplexo com essa afirmação porque desconheço que haja dificuldade em entregar documentos nos serviços. Qualquer cidadão pode dirigir-se à Secção de Expediente Geral que recebe/aceita todo e qualquer documento que ali seja entregue. Este é o procedimento normal que decorre há muitos anos.

Devo informar que a Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões também pediu uma paragem para a avenida D. João I; o assunto está ser estudado em conjunto com a empresa que faz o transporte público.

É recorrente haver vasos desalinhados na Rua de Santo António. Os funcionários da autarquia alinham as floreiras durante o dia e os jovens, com toda a sua irreverência, desalinham-nos durante a noite. Vem acontecendo assim desde que foram ali colocados. Mas vamos voltar a alinhá-los sempre que for necessário.

*O Senhor deputado Manuel Guerra Afonso* disse que há pessoas em Valdanta que não tem água nas suas habitações.

Se não têm água em casa porque não tem conduta isso é dramático. Mas há pessoas que constroem casas de habitações isoladas, fora do perímetro urbano, e aí é mais difícil. Os serviços públicos sejam de abastecimento de água, iluminação pública,



recolha de resíduos sólidos e a condução e tratamento de águas residuais, são prestados em área urbana.

Sei que a questão na zona de Valdanta que referiu é outra. É a existência de uma rede mal dimensionada que foi colocada pela Junta de Freguesia há muitos anos e destinava-se a servir um conjunto muito pequeno de habitações. Entretanto houve expansão urbana, o número de casas de habitação aumentou e essa conduta tornou-se insuficiente; não tem diâmetro que leve água em quantidade para todas as casas. O assunto está em vias de resolução. Já exarei despacho no sentido de abrir um concurso público para substituição daquela conduta por uma outra de maior diâmetro, que resolva as situações de falta de caudal.

Sobre as rotundas e lombas já se falou nessa questão numa sessão anterior. O assunto está a ser estudado mas não me parece adequado colocar rotundas e lombas em todas as estradas já que o que se requiere é que as pessoas tenham mais civismo e circulem com a velocidade adequada e permitida dentro das áreas urbanas que, como todos sabemos, é de 40 e ou de 50 km/hora. De qualquer forma os serviços estão a estudar com cuidado o pedido que formulou.

Aproveito para saudar o *Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro* na qualidade de candidato à Câmara Municipal e desejar-lhe sucesso na condução do debate político; que seja elevado, sem demagogia, para que possamos melhorar as condições e vida dos flavienses.

Associo-me ao voto de congratulação que apresentou pela nomeação do nosso concidadão Engenheiro António Guterres como Secretário-geral das Nações Unidas e imagino que todos os membros desta Assembleia Municipal e todo o povo português se associam e se congratula com a nomeação.

Louvo também a atitude dos deputados do Partido Socialista na posição tomada para a valorização do Eixo Termal Chaves/Caldas de Aregos. Esperemos que o Governo legisle e volte a repor a comparticipação dos tratamentos termais, como tratamentos de saúde pública e que outro governo retirou.

Sobre a “Pastelnor”, enquanto Presidente da Câmara não conheço a situação financeira da empresa. O administrador financeiro, o cidadão espanhol Evaristo, com quem falei, disse-me que a empresa está em processo de reestruturação e que a empresa portuguesa foi separada da empresa espanhola. A “Halago” que era a detentora de capital maioritário nas empresas portuguesas está a separar-se; na “Pastelnor” cuja sede social é em Chaves, ele e o irmão passaram a sócios maioritários. Grande parte do capital foi vendida a um grupo europeu – não ibérico – para reestruturação da empresa.

Sei que a esmagadora maioria dos trabalhadores são portugueses e esperamos que em Março, conforme prometido, a “Pastelnor” retome a produção já separada da empresa espanhola “Halago” que, segundo sei, estará com problemas fiscais em Espanha. Estas são as informações de que disponho.

A empresa tem cerca de vinte e três mil euros de rendas em dívida.

O problema ambiental que referiu, sobre o emissário em Outeiro Seco, na informação das obras em curso já consta a construção do intercetor entre a localização da zona empresarial de Chaves e a estação elevatória de Outeiro Seco, com um valor base de cento e quarente mil euros cinquenta e seis cêntimos. Está a decorrer o concurso mas ainda não há entrega de propostas.



Ainda não está totalmente resolvida a autorização para entrada nas parcelas privadas, onde o emissário passa, mas está praticamente assegurada, não se prevendo que venha a surgir qualquer processo litigioso porque as pessoas estão a assinar acordos.

Já foi feita a receção definitiva das Termas Romanas em sede de reunião de câmara. A data de abertura ainda não está definida porque como sabem, persiste o problema da vaporização e condensação da água. O projeto mecânico está finalmente entregue e vamos colocá-lo a concurso durante o mês de janeiro. Este projeto integra uma correção do projeto elétrico já que obriga a que o quadro tenha uma potência diferente, para poder suportar o funcionamento das máquinas. Logo que o problema da condensação seja resolvido o Museu será aberto ao público.

Como já aqui foi referido, a segunda fase para a musealização do espaço, foi candidatada ao Programa Norte 2020 com vista a dotar o Museu com tudo o que é necessário para poder ser aberto aos flavienses e a quem nos visita.

O processo do MARC está dependente do Tribunal de Contas que tem vindo a apresentar um conjunto de questões às quais respondemos. Pensamos ser um bom princípio não ter havido rejeição liminar

São perguntas complexas e percebe-se a sua complexidade. A Autarquia não detém capital diretamente no MARC. Quem detém a maioria do capital do MARC é a Associação FLAVIFOMENTO, que como sabem tem como parceiros a Câmara Municipal e a ACISAT.

Como a decisão da Assembleia Geral da Empresa MARC SA foi no sentido de internalizar a Empresa na Câmara Municipal, o Tribunal de Contas coloca dificuldades porque a Autarquia não é acionista; não detém capital de forma direta mas sim indireta. Detendo a maioria das unidades de participação na FLAVIFOMENTO, de acordo com a legislação em vigor, o MARC SA é considerado uma empresa municipal, pelo poder indireto exercido na Empresa. Por essa razão aparece na lista das empresas a encerrar, por sucessivos resultados negativos.

Já iniciámos o processo de reabilitação dos arruamentos urbanos. Neste momento está em requalificação a Rua de S. Roque, está a concurso a Rua do Rajado, está a concurso a Avenida do Estádio, está em fase de conclusão a requalificação da urbanização S. Bernardino II e o Campo Redondo na freguesia de S. Pedro de Agostém. No próximo ano teremos uma quantidade de arruamentos requalificados.

No mapa das empreitadas que foi distribuído, está a obra de beneficiação da piscina municipal coberta, pelo valor de quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta euros, a iniciar já no próximo mês de janeiro, razão porque será encerrada ao público. Esta requalificação é feita na expectativa que a piscina possa funcionar durante mais três ou quatro anos.

No Plano Plurianual de Investimento e no Orçamento para 2017, é prevista a construção da I fase das novas piscinas municipais, cujo projeto estamos a ultimar. Supomos que demorará, no mínimo, dois anos a serem concluídas e em condições de funcionar. Só depois é que será demolido o atual complexo.

Pelas razões expostas, faz todo o sentido que as obras de requalificação sejam feitas agora, para que nos próximos dois anos a atual piscina tenha um mínimo de qualidade.



Há realmente outros concelhos que tem piscinas, mas estão fechadas porque os custos de manutenção e funcionamento são muito elevados.

Esta obra não foi feita porque não houve orçamento para a fazer. É verdade que poderia ter sido estabelecida como prioridade quando os quadros comunitários financiavam este tipo de equipamentos, mas se assim fosse, haveria outras obras que não tinham sido feitas e ninguém imaginava que este Quadro Comunitário de Apoio não iria contemplar infraestruturas desportivas.

Mas isso não impede que haja estratégia para construir as piscinas. Vamos construí-las com capital próprio da Autarquia e com recurso a empréstimo bancário, porque, felizmente, a situação financeira já o permite.

É um facto que a cidade necessita de um novo pavilhão desportivo. A estratégia é semelhante à da piscina porque como já anteriormente disse os equipamentos desportivos ficaram de fora deste Quadro Comunitário de Apoio; não são comparticipados. O projeto base está feito. Vamos avançar para o projeto de execução para que, no próximo ano, possamos iniciar a construção de um novo pavilhão desportivo.

Como é recorrente falar na construção do Museu de Arte contemporânea Nadir Afonso, aproveito para voltar a esclarecer a Assembleia do seguinte:

Como sabem quando esta obra foi a concurso foi como Fundação Nadir Afonso. A sua construção teve como suporte uma candidatura que fizemos ao Programa Operacional de Valorização do Território – POVT, no qual apenas foram aprovados os projetos que a unidade de gestão entendeu como projetos de valorização do território, a nível nacional. Se não tivéssemos apresentado essa candidatura não tínhamos hoje o Museu de Arte Contemporânea em Chaves e não teríamos em alternativa outro equipamento porque não era possível deslocalizar o financiamento para outro tipo de obra; Ou seria para a Fundação/Museu ou então esse dinheiro não viria para Chaves.

Repito que só foi possível realizar o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso porque o projeto foi considerado de interesse e de valorização do território nacional. É um edifício onde um pintor de renome internacional pode ter a sua obra exposta.

Entendo que não é correto dizer-se que com o dinheiro dessa obra se podia ter feito outra qualquer. Foi financiada a 75% e, portanto, só com 25% do valor é que se poderia ter feito outra obra e não podemos esquecer que para além da construção do Museu também foram construídos os dois Parques de Estacionamento existentes nas imediações, que servem não só o Museu mas também a cidade.

Toda a comunidade escolar que é servida pela Escola Dr. Júlio Martins utiliza esses parques de estacionamento, diariamente. O mesmo acontece com as pessoas que vem de fora, nomeadamente da parte noroeste do concelho.

Já referi a auditoria financeira. Está a decorrer neste momento uma inspeção às contas da Autarquia, promovida pela Inspeção Geral de Finanças.

*O Senhor deputado Manuel Cunha* falou nas portagens e nas coimas que estão a ser aplicadas. Vamos tentar interpelar a Empresa e também o Ministério para perceber o que se está a passar.

*Os Senhores deputados Manuel Cunha e Nelson Montalvão* referiram a questão do nosso Hospital. Associo-me às preocupações quer de um, quer do outro.



Foi dito aqui e eu também já o afirmei que o problema do Hospital de Chaves é um problema de Orçamento de Estado. Se o Orçamento de Estado não reforçar de uma forma significativa, o orçamento do Centro Hospitalar, por muito boa vontade que a Administração tenha, não dispõe de recursos financeiros para resolver os problemas das unidades hospitalares que integra. Infelizmente é isso que se verifica. O Orçamento de Estado não reforça o Centro Hospitalar com meios que lhe permitam pagar a enorme dívida que vem acumulando. Logo, não tendo recursos financeiros não pode reequipar-se com tudo aquilo que as suas unidades hospitalares precisam, nem tem dinheiro para contratar médicos, enfermeiros e demais pessoal.

Numa reunião havida na ARSN, o antigo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Carlos Vaz, desconhecendo que um dos assistentes era um flaviense que estava a fazer um estágio de administrador hospitalar, disse que ainda havia de transformar o Hospital de Chaves numa unidade de cuidados continuados. O que me parece é que isso está a acontecer a pouco e pouco, independentemente de quem esteja na administração. Estão a transformar o Hospital de Chaves numa Unidade de Cuidados Continuados.

Hoje dizem que vão abrir uma das alas fechadas para servir de convalescença. O significado de convalescença é unidade de cuidados continuados.

Alguém faz uma cirurgia diferenciada em Vila Real e a seguir vem fazer convalescença/obter cuidados continuados para o Hospital de Chaves.

Parece-me correta a criação de uma ala de cuidados paliativos, que, em meu entender, devem ser prestados em ambiente hospitalar, na medida em que o cidadão não está a necessitar de um cuidado continuado para depois ter alta médica, mas sim de um tratamento diferenciado.

Se não houver um reforço rápido de médicos de cirurgia geral, de ortopedia e de medicina interna, o Hospital de Chaves para. Basta que os atuais clínicos, que de acordo com a lei, já têm idade para se recusar a fazer urgências, se recusem mesmo, a urgência médico-cirúrgica fecha.

**O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** voltou a usar da palavra para pedir outros esclarecimentos.

Quando em 2012 foi inaugurada a Empresa “Pastelnor” foi referido, com alguma pompa, o número de trabalhadores, o investimento e o seu impacto financeiro para o Concelho e supúnhamos que a Autarquia fazia o acompanhamento desse processo. Já percebemos que não. Ainda assim perguntamos: era um projeto de interesse municipal?

Também gostaríamos de ser esclarecidos sobre a forma como está a ser feito o reembolso dos juros e do capital relativamente ao empréstimo que tem o MARC.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado.

É normal e corrente, os municípios e os próprios governos o fazem, quando inauguram algum investimento de vulto ou a instalação de alguma empresa na sua área geográfica, fazerem algum tipo de publicidade.

A “Pastelnor” não obteve nenhum benefício fiscal da parte da Câmara, na medida em que foi ocupar instalações que se destinavam ao MARC. Como todos sabemos o projeto do Mercado Abastecedor não teve sucesso em Chaves, como não teve



noutras zonas do país onde foram construídos, nomeadamente Fundão e Faro. Por essa razão as instalações foram reafectadas a indústrias.

Além da “Pastelnor” está também instalada a Empresa “Os Prazeres da Terra” que é de um empresário flaviense.

Não foi considerado projeto de interesse municipal.

Relativamente ao MARC vou falar, não como Presidente da Câmara, mas sim como membro da Comissão Liquidatária. Como atrás disse a Câmara não detém capital na MARC SA, logo não tem poder para condicionar o que quer que seja.

Chegamos a esta situação com o MARC porque a Autarquia ficou impedida de conceder subsídios à FLAVIFOMENTO, pela entrada em vigor de uma lei que não permite que as Câmaras Municipais atribuam subsídios às empresas e ou associações em que participam. Com as empresas que fazem parte do seu património podem estabelecer contratos programa mas com as associadas não.

É uma situação que está a causar alguma polémica, com os municípios a pedir a alteração da lei, sobretudo por causa das associações culturais e de educação.

Como a Câmara Municipal deixou de conceder subsídios à FLAVIFOMENTO para que esta, por sua vez, pudesse injetar capital no MARC, deixou de haver dinheiro para pagamento de juros e amortização de capital. Desde então têm sido os administradores liquidatários que têm assumido a assinatura de livranças, regularizando desta forma, o processo no banco. Essas livranças não responsabilizam os administradores mas sim a empresa. Se for internalizada, os juros que estão por vencer, serão assumidos pela Câmara Municipal sendo esta uma das questões que o Tribunal de Contas nos coloca. Se for recusada a internalização, a empresa é extinta na mesma e o património será executado pela instituição bancária que concedeu o empréstimo.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A ata número três, referente à sessão ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2016, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

*Posta à votação foi aprovada com 59 votos a favor, com 2 abstenções por não participação na última sessão.*

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;**

#### **Intervenções:**

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – perguntou se a geminação com o Município francês de Angoulême é apenas de âmbito cultural ou se também têm sido discutidas matérias de âmbito económico, ou outras, que nos possam interessar.

Presumo que haverá aqui alguma identidade entre os dois municípios e é suposto que possa haver alguma troca e partilha de conhecimentos e recursos.

Sobre a Escola Profissional gostaríamos de saber qual a sua situação já que o Município tem uma posição relevante nesta Associação, quer em termos pedagógicos, quer da afirmação no que diz respeito ao seu número de alunos, quer ainda sob o ponto de vista financeiro; se se suscita alguma questão, algum problema, algum constrangimento ou se o seu percurso é consistente, afirmativo e de grande esperança para o futuro.



**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – referiu-se à reunião havida na CIM Alto Tâmega, com o Secretário de Estado do Ambiente onde foi feita a análise da possibilidade de criação de um Sistema Intermunicipal de Distribuição de Água.

Recordo que Mafra foi o primeiro município a privatizar a água e já reverteu o processo. Eu não sei se o que aconteceu não foi a privatização dos lucros e em seguida a nacionalização dos prejuízos. Certamente a empresa privada tirou as suas vantagens e a seguir a autarquia, para evitar o caos, teve de voltar a assumir a gestão da água e os prejuízos.

Estive há pouco tempo em Almada e fiquei impressionado com a campanha que ali é feita sobre a água. Almada diz: «A nossa água é pública e é boa. Não é comprada em garrafa. Beba água da torneira».

O Senhor Presidente da Câmara participou e interveio no debate, havido em Vila Real sobre a Saúde, promovido pela Ordem dos Enfermeiros e gostava que desse informação sobre essa questão.

É evidente que é preciso mais dinheiro no Serviço Nacional de Saúde. Já começa a haver gente que defende isso para depois financiar os serviços privados. O dinheiro entra pelo SNS e sai como prestações, mas não é isso que queremos. Queremos mais dinheiro no SNS, principalmente nos cuidados primários porque, se funcionarem bem, é aí que se começa a poupar.

Desengajem-se os que têm a ilusão de pensar que a questão do Serviço Nacional de saúde se resolve apenas com dinheiro. Isso é um erro estratégico. É preciso vontade política, é preciso compreender o que é a saúde, o que é a saúde hospitalar, o que é a saúde dos cuidados primários de saúde e ter projetos. Não é só o dinheiro e também não é o alibi que se não houver dinheiro não se pode fazer. A questão de financiamento é importante/estruturante, mas não é exclusiva.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas:

Relativamente ao Município francês de Angoulême, a aproximação não foi por nossa iniciativa mas sim porque reside ali uma comunidade significativa de portugueses, incluindo cidadãos do nosso concelho, que levou o município francês a contactar-nos. Já aconteceu o mesmo com os Municípios de Talence em França, com o qual estamos geminados e com o de Differdange, no Luxemburgo, onde existem muitos emigrantes oriundos das freguesias de Bustelo e Cimo de Vila da Castanheira.

O Município de Neuilly-sur-Seine, apesar de não pretender a gemação, aceita fazer acordos com o Município de Chaves. Participámos pela primeira vez, este ano, numa feira organizada pela altura do S. Martinho, em Neuilly, onde houve a oportunidade de apresentar produtos da nossa região, levados por empresários flavienses, nomeadamente o Pastel de Chaves. A feira foi um sucesso e os nossos empresários fizeram contactos com possíveis distribuidores dos seus produtos.

Em relação a Angoulême a situação é semelhante. Apesar de ainda não termos acordo de gemação, a Escola Profissional de Chaves participou num festival de gastronomia que o município organiza e onde, mais uma vez, tivemos a oportunidade de apresentar os nossos produtos, sobretudo o Pastel de Chaves, dando a oportunidade aos empresários flavienses que acompanham as delegações, de promover os seus produtos e de criar circuitos de comercialização.



Tal como nós, Angoulême tem uma Escola Superior ligada à hotelaria e à cozinha e, também a esse nível, poderá haver situações de troca de projetos e até de estágios para os nossos alunos.

A situação financeira da Escola Profissional de Chaves não é saudável. A Escola tem uma conta caucionada através da qual se financia. As regras de financiamento da escola profissional foram alterando ao longo dos anos e hoje é financiada por aluno. O vencimento dos professores é progressivo porque a escola estabilizou o quadro de docentes. Essa estabilização levou a que estes progredissem na respetiva carreira e tenham vencimentos de acordo com as progressões, o que é bom.

Há Escolas Profissionais que não têm nenhum professor no quadro. São todos avançados, e por isso não tem problemas financeiros dessa natureza; se há alunos contratam professores, se não há, não contratam.

A conta caucionada tem permitido satisfazer os vencimentos a tempo e horas. Neste mês de dezembro ainda não foi possível pagar os vencimentos. Estamos a tentar resolver.

A conta caucionada existe porque o Programa Operacional não paga a tempo e horas. Desde abril que não recebemos qualquer verba do Programa. A candidatura está feita, a justificação está feita, mas o dinheiro está em Lisboa e não vem. Se só se pagassem os vencimentos, à medida que vai chegando o financiamento, havia ordenados em atraso há muitos meses e isso não acontece. Entretanto a Unidade de Gestão do Programa entendeu não pagar o subsídio aos alunos. Como sabem os alunos que frequentam o ensino profissional têm direito a um subsídio para transporte, alojamento e alimentação que é suportado pela Escola Profissional. Isto significa que haverá um défice a rondar os cem mil euros na situação financeira da Escola Profissional de Chaves. A conta caucionada tem um valor estabilizado de setecentos mil euros mas, excecionalmente, já chegou aos novecentos mil euros. Isto leva a que haja juros a pagar.

Se as transferências da administração central fossem feitas atempadamente, a conta caucionada seria sempre utilizada de uma forma residual e não haveria lugar ao vencimento de juros, como tem vindo a acontecer. Temos de arranjar um financiamento extraordinário para equilibrar a conta e coloca-la a valor zero.

O *Senhor deputado Manuel Cunha* questionou a gestão da água.

Mais uma vez temos de separar o que é privado daquilo que é público. Em 2001 foi criada uma empresa pública nacional, detida maioritariamente pela Empresa Águas de Portugal.

A água não foi privatizada. O que o Senhor Secretário de Estado, em representação do Governo está a tentar fazer por todo o País, é que os Municípios se associem, para ganhar escala, e criem uma Empresa Intermunicipal, 100% de capital público municipal, para fazer a distribuição com mais eficiência. Isso é o que está no Programa do Governo.

Entende o Secretário de Estado que deve haver, no mínimo, oitenta mil habitantes a consumir água e é isso que pretende que se faça quer no Alto Tâmega, quer no resto do território.

No âmbito da Comunidade Intermunicipal está a ser feito um estudo para avaliar os benefícios ou os prejuízos da criação de uma empresa intermunicipal para os



municípios decidirem se devem, ou não, associar-se para fazer a distribuição de água e o tratamento das águas residuais.

A minha opinião pessoal é que essa situação será favorável. Dá sentido à Comunidade Intermunicipal que possa haver um serviço comum, cem por cento público, para a distribuição de água no território do Alto Tâmega.

Perguntou também sobre o debate sobre a saúde, realizado pela Ordem dos Enfermeiros, em Vila Real, no qual participei.

Referi há pouco a minha grande preocupação relativamente ao Centro Hospitalar e muito em particular sobre a Unidade Hospitalar de Chaves. É preocupante, mesmo em termos de opinião pública, expressa através da imprensa, a que ninguém deu grande ênfase, a demissão, em simultâneo, de cinco adjuntos da Direção Clínica, nomeados pela atual Administração. Cinco responsáveis que subscrevem o mesmo documento. Se cada um tivesse apresentado a sua demissão isoladamente, as razões poderiam ser as mais diversas, mas foram em bloco e isto, na verdade, é muito preocupante. Imagino que as razões pelas quais se demitiram sejam por não concordarem com as decisões que são tomadas; com o rumo que o Centro Hospitalar está a levar.

Tive a oportunidade de pedir ao Senhor Secretário de Estado, aquando da deslocação que fez a Chaves, no dia 31 de outubro, para participar num Seminário organizado na nossa Unidade Hospitalar, que tivesse em conta esta situação; que questionasse o Conselho de Administração da razão pela qual cinco adjuntos por ele designados, se demitiram em bloco. Esses cinco adjuntos tiveram o cuidado de não fazer da sua demissão uma causa pública. Não disseram quais foram as razões, porque entendem que é uma situação interna e que deve ser resolvida internamente, o que é correto.

Parece que esse facto não deixou ninguém preocupado. A Administração do Centro Hospitalar nomeou novos adjuntos e, aparentemente, estará tudo bem. A verdade é que nada está bem e a perceção que temos é de que o nosso Hospital está muito mal.

Concordo com o Senhor deputado que os problemas da saúde pública não se resolvem através das unidades privadas porque o acesso a estas unidades é feita por uma percentagem muito pequena da população. Essa pequena percentagem da população acede às unidades privadas ou porque tem subsistemas de saúde, ou seguros de saúde, ou rendimentos que lhe permitam obter os cuidados de saúde nos hospitais privados. A esmagadora maioria dos cidadãos não tem essa possibilidade. O Hospital de Chaves está, cada vez mais, a encaminhar doentes para Vila Real e para o Porto.

Compare-se a capacidade de prestação de cuidados de saúde, na Unidade Hospitalar de Chaves, em 2007, com a capacidade de prestação desses mesmos cuidados em 2016. Se o fizermos verificamos que a entrada para o Centro Hospitalar foi altamente negativa para a população do Alto Tâmega.

O meu entendimento em relação à criação de uma unidade hospitalar privada em Vila Real, é que vai favorecer o Hospital público de Vila Real. Isto porque sabemos que os sucessivos governos não têm tido políticas assertivas na colocação de médicos, apesar do estímulo no aumento de vencimento para que aceitem trabalhar nas zonas de interior. A maior parte dos médicos não quer vir para o interior porque pretendem



acumular serviço público com serviço privado e para fazer isso é muito útil estar próximo de unidades privadas. Por essa razão não querem sair do litoral onde existem muitas unidades privadas e, onde, depois de cumprir o seu horário no serviço público, vão fazer novo horário no serviço privado.

Em meu entender, a existência de um hospital privado em Vila Real poderá influenciar a decisão de alguns médicos aceitar trabalhar lá e dessa forma aportar algum benefício para o hospital público. De forma inversa irá, mais uma vez, desvalorizar o Hospital de Chaves.

No dia 31 de Outubro, na abertura da sessão solene do Seminário, sugeri ao Senhor Secretário de Estado que o Governo fizesse com a saúde pública o mesmo que fez, e bem, com a educação. Onde existe uma escola pública não se financia qualquer escola privada. A menos que a escola privada promova a diferenciação em vertentes que a escola pública não proporcione. Em Chaves temos um exemplo no ensino da música, que é uma parceria público-privada, e bem, porque de outra forma não teríamos o ensino público de música em Chaves.

Se na saúde, através dos subsistemas de saúde, financiados com dinheiro público, obrigarem os utentes a, prioritariamente, irem aos hospitais públicos, estes saem valorizados.

Não são colocados médicos em Chaves porque as estatísticas casuísticas dizem que não há utentes que justifiquem o reforço de médicos. Se não há utentes porque é que vão autocarros cheios de pessoas à Clipóvoa na Póvoa de Varzim, todos os dias, fazem a consulta, regressam no mesmo dia e pagam apenas 3.99 euros. Se formos de Chaves ao Porto, só de autocarro pagamos 24 euros de ida e volta.

Os 3,99 euros não dão para pagar o transporte mais a consulta médica; quem paga tudo isso é o estado. E se o estado está disponível para suportar e financiar a prestação de cuidados de saúde através de empresas privadas, porque é que não faz o esforço canalizando esse dinheiro para valorizar o Serviço Nacional de Saúde e o Hospital Público?

Todos nós sabemos a importância que tem para as localidades ter um bom hospital qualificado. Para além da criação do emprego direto é a segurança de vivermos numa terra que dispõe de serviços de qualidade e que as pessoas sentem essa segurança em termos de cuidados de saúde.

Reafirmo o que disse há pouco. Não sei se não teremos de tomar outras atitudes porque, efetivamente, a nossa urgência médico-cirúrgica está em risco e não é com o incentivo de mais mil euros de vencimento aos médicos que resolve. Tem de haver outra forma de colocar os médicos.

Porque é que os médicos quando são colocados em especialidade, não concorrem a vagas dos hospitais? Antes de serem colocados em especialidade já sabem para onde vão quando acabarem a especialidade. O concurso é feito à priori e não à posteriori. Se o médico quer tirar determinada especialidade, tem de concorrer para os hospitais onde existem essas vagas. Um exemplo: um médico quer tirar determinada especialidade e há vaga dessa especialidade no hospital de Chaves, então tem de concorrer para o hospital de Chaves.

Terminada a especialidade o médico sabe que vem para o hospital de Chaves porque foi lá colocado, à cabeça. Os médicos, tal como os pilotos da Força Aérea, deviam ser obrigados a estar no serviço público o mesmo número de anos que demoram a



ser formados. Se isso for feito temos os médicos distribuídos pelo país de forma equitativa.

Não faz sentido o país gastar tanto dinheiro na formação de médicos e muitos deles nunca dão qualquer contributo ao serviço público. Isto é empobrecer o estado e não é servir os cidadãos.

### **PONTO 2 – MOÇÃO - TAXAS DE SERVIDÃO AGRÍCOLA A PARTIR DE ESTRADAS NACIONAIS E REGIONAIS. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** propôs a retirada deste ponto uma vez que foi aprovada uma “Moção” no Período Antes da Ordem do Dia, cujo conteúdo visa a mesma questão e é mais abrangente do que o que é refletido no documento deste ponto da ordem de trabalhos.

A Assembleia aprovou por unanimidade a retirada deste ponto.

### **PONTO 3 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. 3º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº36/DGF/2016 - Para conhecimento.**

#### **Intervenções:**

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador da atividade municipal, este ponto reflete o grau de cumprimento de um plano que foi elaborado aquando da contração do empréstimo do PAEL.

Analizados os documentos verifica-se que o Plano está com um desvio considerável nalgumas das suas componentes, sobretudo na despesa de capital, receita de capital, versos, receita e despesa corrente. É um desvio de superior a 25%.

E certo que o Plano, em termos de equilíbrio, consegue responder às necessidades ao nível das receitas, mas isso é feito porque houve um incremento muito significativo nas receitas correntes. Significa que a previsão que constava do Plano, relativa às receitas correntes, que foi superada em 25%, pelo aumento brutal da água, do saneamento e resíduos sólidos urbanos, provavelmente numa subida acumulada superior a 15 ou 20%, nos últimos três anos. Houve também um incremento significativo nas transferências do FEF, da administração central para a administração local e houve ainda um incremento muito significativo dos impostos locais, sobretudo do IMI. Isto significa que os cidadãos tiveram de pagar mais IMI e mais pelos serviços que lhe foram prestados. Também se previa que o investimento fosse maior e isso não aconteceu.

Este documento é um bom indicador daquilo que tem sido a política da Câmara nos últimos tempos. Aumentou as receitas correntes, diminuiu o investimento e conseguiu o equilíbrio dessa forma.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que é verdade que há um desvio na execução.

Há mais ou menos equilíbrio na obtenção da receita com a obtenção da despesa.

Não é verdade que tivesse havido um aumento brutal de água. Posso trazer a esta Assembleia a evolução das tarifas ao longo de vários anos, para ver quando houve esse aumento brutal de água que o Senhor deputado referiu. O aumento das tarifas de água vem acompanhando a taxa de inflação; Não há aumento brutal de água.

As nossas tarifas de água são aprovadas anualmente pelo ERSAR e ajustadas com os restantes municípios de dimensão semelhante ao nosso.

Municípios que não consomem água da empresa, que continuam a fornecer água à sua população proveniente de captações próprias, têm tarifas iguais ou semelhantes às nossas. Chaves não podia aplicar uma tarifa de distribuição de água muito baixa e comprar a água ao preço a que a compra. Isso seria empobrecer extraordinariamente. Chegámos a demonstrar, nesta Assembleia que o défice de



exploração da distribuição de água chegou a atingir os dois milhões de euros, por ano, e isso foi também uma das causas da situação financeira da Autarquia.

Iniciamos este mandato com um diferendo que está em litígio por uma dívida de vinte e um milhões de euros às Águas de Trás-os-Montes. Felizmente está em vias de resolução.

O que aconteceu não foi um aumento brutal de água. Mas sim um aumento de eficiência na gestão e na cobrança e isso levou a um aumento significativo da receita. Este ano arrecadámos menos receita de IMI em cerca de quatrocentos mil euros, relativamente ao ano de 2015.

Em 2014 subimos o IMI de 0.3 para 0.35%, não por força do PAEL, mas sim pelo Plano de Saneamento Financeiro.

Reafirmo que não é possível fazer estradas, arruamentos, piscinas, pavilhões desportivos, dar benefícios sociais, apoiar a cultura, a educação, o desporto e ao mesmo tempo diminuir a receita. Não é possível diminuir aos impostos e com menos receita fazer mais obras.

Em relação ao PAEL não tenho a certeza se neste momento seremos obrigados a trazer a informação à Assembleia Municipal mas, independentemente disso, enquanto eu estiver à frente da Autarquia a informação virá, para conhecimento.

O PAEL está liquidado. O que existe neste momento é um empréstimo bancário, com um spread bem favorável, mas, apesar de tudo isso, continuaremos a dar nota a este Órgão da evolução deste processo.

Em termos financeiros a evolução é equilibrada. Tivemos um aumento de receita e tivemos um aumento de despesa proporcional.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – pediu a palavra e referiu a questão da água.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não houve um aumento brutal na água. De 2013 a 2015, no 1º escalão, de 0 a 5 m<sup>3</sup> aumentou 38%; no 2º escalão, de 6 a 15 m<sup>3</sup> aumentou 29%; no 3º escalão aumentou 21% e no quarto escalão 13%. Basta comparar a receita da água em 2013 com a receita hoje.

O Senhor Presidente diz que houve aumento de eficiência mas nós ainda não conseguimos identificar.

Em relação ao IMI é verdade que em 2016 há um decréscimo na arrecadação da receita, mas eu desafio-o a dizer qual é o valor acumulado desde 2013 a 2016, incluindo o decréscimo de 2016.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro dizendo:

Hoje há pessoas a pagar menos IMI do que pagavam em 2013 porque os benefícios dados às famílias com filhos, às famílias numerosas, às que residem no Centro Histórico, leva-as a pagar menos IMI do que pagavam nesse ano.

Em 2017 com o valor não percentual, mas fixo, há famílias que ainda vão pagar muito menos. Quem tiver três filhos vai ter uma redução de 70,00€ no IMI. A Câmara não é obrigada a fazer essa redução. Vai fazê-la porque entende que o deve fazer porque, na verdade, não há nenhuma lei que imponha essa obrigação.

O Senhor deputado voltou a referir a questão da água. Eu pergunto-lhe se concorda que continuássemos a comprar a água à empresa a 70 cêntimos o m<sup>3</sup> e a fornecêssemos aos consumidores a 40 cêntimos. O que o Senhor deputado pode perguntar é porque é a que a Câmara demorou tantos anos a fazer o respetivo ajustamento, já que ele era absolutamente necessário. Ainda hoje a nossa água é mais barata do que a de Vila Real, por exemplo.

Eu sou Presidente da Câmara Municipal de Chaves desde outubro de 2013 e no próximo mês de abril quando forem apreciadas e votadas as contas relativas à gestão de 2016, terei oportunidade de vir a este mesmo lugar dizer que tenho o orgulho de ter feito uma gestão extraordinária.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.*



**PONTO 4 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº30/SC/2016. Para conhecimento.**

**Não houve intervenções:**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.*

**PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA FINANCEIRA – INFORMAÇÃO 31/SC/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que a Câmara é obrigada a ter um Revisor Oficial de Contas. Que foi promovido um concurso e voltou a ganhar a Sociedade que tem vindo a fazer a Auditoria às nossas Contas

**Intervenções.**

**Fátima Liliana Fontes Correia do PS** – depois de cumprimentar os presentes disse que este procedimento é uma prática corrente e decorre da obrigatoriedade da lei.

“Lamento que não seja apresentada, este ano, a esta Assembleia uma proposta para uma auditoria financeira aos últimos exercícios do Município.

O Senhor Presidente já referiu aqui que está a decorrer uma Inspeção das Finanças às contas da Autarquia, contudo não posso deixar de lembrar que no dia 24 de junho de 2015, ficou registado em ata, o que disse. Que se durante o ano de 2015 não fosse marcada a inspeção regular, da Inspeção Geral de Finanças, que estava agendada, em 2016 seria feita a auditoria solicitada. O Senhor não cumpriu e quem não cumpre não merece a confiança dos flavienses”.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que não conseguiu entender a intervenção da Senhora deputada porque qualquer ano começa a 1 de janeiro e termina a 31 de dezembro e que 2016 não foge à regra.

O que eu disse foi que durante o ano de 2016 seria feita uma auditoria. A auditoria está a ser feita.

A Inspeção Geral de Finanças não veio fazer a auditoria porque a Câmara de Chaves a solicitou. Veio porque estava na lista para ser auditada conforme lista que é publicada, anualmente, por aquela entidade. Chaves constava dessa lista desde 2011.

Não sei até que ponto se pode dar mais credibilidade a uma auditoria feita por uma entidade privada do que aquela que é feita por um Organismo Oficial, como é a Inspeção Geral de Finanças, com a diferença de que se tivesse sido feita por um privado teríamos de a pagar e desta forma não nos custa dinheiro.

Isso até me parece positivo porque se não vieram antes é porque estava tudo em ordem e não havia grande necessidade de fazer a inspeção. No entanto houve municípios que não constavam da lista e foram inspecionados.

**Fátima Liliana Fontes Correia do PS** - usou novamente da palavra para dizer que até o Banco de Portugal faz auditorias com entidades privadas às suas contas e por isso não tem lógica o que o Senhor Presidente referiu.

A questão é que o Senhor Presidente da Câmara comprometeu-se com esta Assembleia e não cumpriu. Aquilo que disse foi que se em 2015 não fosse agendada a inspeção regular das finanças, seria feita em 2016 a auditoria solicitada. Não era a das finanças, era a solicitado pelas forças partidárias desta Assembleia.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que há tudo a declarar e nada a esconder.



O ponto da ordem de trabalhos não tem nada a ver com o assunto trazido à discussão pela Senhora deputada. Estamos aqui para aprovar, ou não, a nomeação de um Revisor Oficial de Contas proposto pelo Executivo Municipal.

Ninguém está preocupado com a Inspeção que está a decorrer e eu penso que o que os membros desta Assembleia pretendiam era que as contas da Autarquia fossem inspeccionadas/auditadas. Isso está a acontecer e está a ser feito por uma entidade pública.

Repito o que então disse: “se em 2015 não vier a Inspeção Geral de Finanças, em 2016 pediremos uma auditoria a uma entidade externa”. Houve a expectativa que a Inspeção de Finanças pudesse vir em janeiro, em fevereiro, em março, em abril, mas veio em novembro. Então o incumprimento que a Senhor deputada refere é de alguns meses.

Gostaria de saber qual a satisfação que a Senhora deputada tinha em que a Câmara gastasse trinta ou quarenta mil euros numa auditoria feita por uma entidade privada quando está ser feita por uma entidade pública, sem qualquer dispêndio financeiro para a Autarquia.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

### **PONTO 6 – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO – 2ª S PROPOSTAS DE RDUÇÃO DO SPREAD. INFORMAÇÃO Nº 37/DGF/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta.

Entendemos que pessoas de bem devem ter boas contas e a Câmara Municipal de Chaves, infelizmente não tinha boas contas, pelo que houve necessidade elaborar um Plano de Saneamento Financeiro, cujo empréstimo, no valor de treze milhões de euros, foi autorizado por esta Assembleia Municipal.

Foi com grande satisfação que, na devida altura, informei que tínhamos obtido a melhor taxa de mercado alguma vez concedida antes para o setor público, de 2.8% para dez milhões de euros, através do BPI. O governo de então veio a público dizer, com satisfação, que se financiou no mercado a uma taxa de 2.95%.

A Caixa Geral de Depósitos para três milhões de euros, apresentou-nos uma proposta de igual valor ao que foi obtido pelo governo.

Apesar de a Câmara Municipal de Chaves ter uma dívida significativa, tinha crédito junto das instituições bancárias que apresentaram a melhor taxa de empréstimo ao setor público, até então.

Quando foi feita a substituição do PAEL pelo empréstimo foi o Banco Santander Totta que apresentou a melhor proposta de taxa, de 1.14%. Perante essa proposta, contactámos o BPI e a Caixa Geral de Depósitos dizendo que ou baixavam o spread ou colocaríamos novamente o empréstimo em concurso público. Estas duas entidades bancárias decidiram baixar as taxas. A Caixa Geral de Depósitos baixou para 1.85% e o BPI para 1.75%. Esses valores foram objeto de aprovados por esta Assembleia Municipal.

Depois disso voltamos a contactar as duas entidades bancárias e propusemos-lhe voltar a conversar para renegociar mais uma vez o valor das taxas. Em função disso a Caixa Geral de Depósitos apresentou um spread de 1.4%, para três milhões de euros e o BPI 1.2% para dez milhões. Num curto espaço de tempo conseguimos uma descida das taxas de juro para menos de metade.

Estamos atentos e onde podemos introduzir eficiência fazemo-lo. Este é um bom exemplo.

#### **Intervenções:**

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – o Senhor Presidente da Câmara disse que pessoas de bem devem ter contas em dia.



Então se agora são pessoas de bem porque tem as contas em dia, antes não o eram!? Entendo que as pessoas de bem têm sempre as suas contas em dia. No passado, no presente e no futuro.

Disse que este é um ato de boa gestão, mas essa atenção devia ter sido antes para não se ter contraído estes empréstimos.

De acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, a partir de 2013, o Município de Chaves gastou em juros e outros encargos financeiros os seguintes valores: 2013 – seiscentos e oitenta mil, novecentos e vinte e três euros; em 2014 – um milhão, oitocentos e treze mil, quinhentos e trinta euros; em 2015 – dois milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e setenta e nove euros; em 2016 – dois milhões, quatrocentos e quinze mil e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos, o que perfaz um total de seis milhões e oitenta e cinco mil euros no seu mandato.

Isto significa que muito do investimento feito tem esta tradução para os cidadãos e depois houve necessidade de fazer tudo o que foi feito na água, no saneamento, no IMI.

A democracia não se resume ao ato de votação. A democracia participativa faz-se todos os dias, discutindo ideias e propostas. Ganhem-se ou percam-se eleições a democracia é muito mais do que isso. É o respeito pelos outros, é ouvir argumentos, discuti-los e cada um depois faz a sua avaliação. Esta é a minha opinião.

O Senhor Presidente diz que tem aqui uma taxa excepcional e eu não concordo. Há muitos municípios que contrataram empréstimos a taxas muito mais baixas. Nalguns casos de 0.4 ou 0.5% mais baixo. Alguém contratou a 0.8% não há ainda muito tempo.

Se fosse eu tinha aproveitado a taxa em abril, fazia a alteração rapidamente, pagava menos juros e agora fazia outra alteração. Esse sim. Era um bom ato de gestão porque reduzia umas centenas ou uns milhares de euros.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que foi, rigorosamente, o que foi feito.

A aprovação das novas taxas foi em abril, foi visado pelo Tribunal de Contas, entrou de imediato em vigor e estamos a negociar novas descidas. Não estivemos à espera. Disse e repito que pessoas de bem devem ter as suas contas em dia. Acontece que, pessoas de bem, em determinadas circunstâncias e em determinados contextos, têm dívida excessiva. Mas não deixam de ser pessoas de bem por essa razão. Utilizei a expressão popular que diz que pessoas de bem têm as suas contas em dia. O Governo e a República Portuguesa não deixa de ser uma pessoa de bem, apesar de ter uma dívida que é 130% do seu produto interno bruto; que consome oito mil milhões de euros, anualmente, só para pagar juros.

A Câmara Municipal de Chaves sempre foi pessoa de bem. O que teve foi contextos diferentes. Enquanto Presidente da Câmara tenho o direito de orientar a política municipal com alguma inflexão para resolver problemas que vêm do passado.

Num debate na Assembleia da República, em que fez considerações sobre o passado, o Senhor Primeiro Ministro quando se dirigiu à oposição, respondeu que não estava ali para falar de arqueologia. Que estava ali para falar do presente e do futuro.

Eu também não estou aqui para falar de arqueologia. Tudo o que é anterior a 2013 é arqueologia. Estou a falar no presente, deste mandato, e dizer que no próximo mandato já não haverá problemas dessa natureza porque a Autarquia não vai ter qualquer dívida de curto prazo.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que ficou muito mais confortável com a explicação adicional dada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre as pessoas de bem.

Saúdo essa adesão aos fundamentos do Primeiro-ministro e eu concordo com isso desde que as decisões do passado não tenham implicações no presente e no futuro.



**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que os juros dos empréstimos estão a baixar em todas as instituições. É evidente que a autarquia deve ter serviços de gestão para negociar e é ótimo que haja ganhos para o município.

O Senhor Presidente falou nas pessoas de bem mas eu conheço muito vigarista que não deve nada a ninguém e não deixa de ser vigarista e conheço muito homem honrado em que as circunstâncias da vida, às vezes até por causa dos vigaristas, são empurrados para o endividamento.

De forma alguma se deve julgar uma pessoa ou uma instituição pelo que deve ou não deve, mas sim porque é que deve ou porque é que não deve. Eu sei que ambos pensamos o mesmo.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

### **PONTO 7 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS/ DEFINIÇÃO DA TAXA DE IRS A FIXAR PARA 2017. PROPOSTA 90/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta é semelhante aquelas que têm sido aprovada em anos anteriores, e que os argumentos são os mesmos. A decisão da Câmara é reter os 5% do IRS a que tem direito, na sua totalidade.

Os cidadãos mais pobres não pagam IRS, logo não seriam beneficiados se devolvêssemos um, dois, três por cento, ou mesmo a totalidade do imposto. Os mais beneficiados seriam aqueles que mais ganham. Como esta receita podemos ajudar a fazer mais justiça social.

#### **Intervenções**

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que concorda com os argumentos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara, mas acha que devem ser acrescentados outros.

Há pessoas com outros rendimentos, para além do seu trabalho, que não são tributáveis em sede de IRS e com isso são indiretamente beneficiadas porque a devolução do IRS não lhes faz falta. Entendo que, por uma questão de transparência, deve reconhecer-se que esta medida não é só de justiça social. Também tem aspetos de injustiça porque penaliza a classe média, nomeadamente aqueles que declaram e pagam os impostos e beneficia aqueles que de forma direta e indireta fogem ao pagamento do IRS.

A verdade é que se o Senhor Presidente devolvesse parte desse valor a oposição poderia acusá-lo de estar a fazer campanha eleitoral.

Mas se ficar demonstrado, de forma inequívoca, que o valor em causa tem uma função social específica; uma capitação específica para projetos específicos, entendo que será útil.

Eu sempre discordo da legislação que permite devolver parte do imposto. O IRS é um imposto nacional e as autarquias não deviam ser envolvidas. Não sei o que fazem as autarquias do PS e as da CDU. Não sei o que fazem as Câmaras de Lisboa e Porto.

Penso que haverá autarquias onde o IRS tem pouco peso e algumas muito rurais, poderão brilhar e dizer que devolvem porque a verba é irrelevante. Na situação atual penso que é um mau princípio esta arbitrariedade que se concede às câmaras a possibilidade de poderem gerir estes 5%.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que é em parte verdade o que Senhor Presidente da Câmara disse, bem como também é em parte verdade o que o disse o Senhor deputado Manuel Cunha. Esta solução, a ser adotada, vai fazer com que aqueles que mais deduções teriam não as têm, sobretudo as pessoas que têm salários mais elevados.

Eu não conheço o que é o universo dos cidadãos flavienses que pagam IRS. Qual é o escalão porque se distribui aquilo que é o seu rendimento coletável.



“Percebendo que a ideia é evitar que cidadãos com rendimentos elevados não fossem beneficiados por esta decisão e todos os outros o pudessem ser. Acho que essa análise deveria ser refletida”.

Entendo que os municípios devem ter esta ferramenta e devem ter este instrumento fiscal. Isto porque os municípios devem ser cada vez mais entidades com grande intervenção territorial, social e económica e dispor de instrumentos financeiros, mas também de instrumentos fiscais e de outra natureza para conseguirem atrair população. Queremos que os municípios sejam organizações verdadeiramente capazes de fixar a sua população e ao mesmo tempo fazerem competição territorial. De poderem usar isto como uma forma de atrair pessoas, com competências muito específicas. Estou a pensar nos médicos. Se os médicos para além do incentivo dos mil euros, eventualmente também tivessem uma dedução relevante em termos de IRS, talvez pudesse ser argumento a levar em consideração.

Concordaria sem reservas com a proposta se fosse dito que apesar de as receitas não serem consignadas, 10% ou 15% ia para a área social, para este e para aquele domínio, mas não há nenhuma evidência, quer no Orçamento quer nas Grandes Opções do Plano, de que a receita do IRS seja, efetivamente, para fazer a tal compensação social.

A nossa sugestão/proposta é que se pudesse fazer aqui uma alteração no sentido de alocar 10% do valor da participação variável na receita do IRS à área social e fazer uma medida de discriminação positiva na fixação de pessoas, a somar às medidas que tem sido avançadas, em sede de IVA e fazer uma distribuição que não seria muito violenta; 4% para o Município e 1% para os cidadãos.

**Francisco José Teixeira S. Preto** do MAI – disse pensar que todos os membros desta Assembleia Municipal estão contemplados nos 5% do valor de participação variável do IRS.

Para uma Autarquia como a nossa e com a situação financeira frágil, apesar de já ter sido bem pior, a cumprir um Plano de Saneamento Financeiro, 5% ainda é alguma coisa. Para quem não paga nada é zero, para quem tinha mil euros a receber só receberá novecentos e cinquenta, mas acaba por ser justo e é entendível.

Enquanto cidadão e apreciador, com independência desta proposta, entendo que se fazemos tantos sacrifícios pelo país, também possamos fazer alguns pela nossa autarquia.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

*Senhor deputado Manuel Cunha*, as câmaras municipais não tem poder para mexer nos impostos nacionais.

Infelizmente a máquina fiscal não consegue fazer com que todos os cidadãos paguem em função dos seus rendimentos, como seria desejável. Se todos os cidadãos pagassem o IRS em função do rendimento que levam para casa, se todas as empresas pagassem IRC em função de todo o movimento que fazem, provavelmente as taxas eram todas mais baixas e estávamos todos melhor.

Também concordo com o Senhor quando diz que não devia estar na esfera municipal a faculdade de poder devolver o que quer que seja em relação aos impostos nacionais. Colocar as câmaras municipais em competição por situações desta natureza não faz sentido absolutamente nenhum.

Há autarquias que podem dispensar o valor porque a quantidade de cidadãos que paga IRS é muito pequena, sobretudo nos municípios mais rurais. Em Chaves, se fosse decidido devolver uma percentagem eu seria um dos cidadãos beneficiados porque no contexto municipal, o vencimento do Presidente da Câmara, está acima da média. Entendo que não devo ser beneficiado com esta decisão e que o dinheiro deve ficar na esfera do município, não para aplicar 5 ou 10% em funções sociais, mas para aplicar 100% em funções sociais já que, para mim, todas as atribuições e competências do exercício da Câmara Municipal, são sociais.



Ter uma piscina não é uma função social? A piscina não gera défice? Ter um pavilhão desportivo não é uma função social? Ter as estradas em bom estado de conservação não é uma função social? Em minha opinião tudo o que a Câmara faz é função social e todo o dinheiro faz falta para a sua função social.

Não é apenas função social a atribuição de um subsídio às IPSS ou quando se dá ajuda aos estratos sociais desfavorecidos. Toda a intervenção da câmara é social porque todos os equipamentos públicos de utilização coletiva, exercem funções sociais.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que o Senhor Presidente da Câmara percebeu a proposta e está no seu direito não responder.

Eu não estou a referir-me às funções sociais e económicas das Grandes Opções do Plano. Estou a falar de intervenção social nos estratos sociais desfavorecidos porque, por essa via, as estradas são utilizadas por quem ganha um milhão e por quem ganha mil. Não é dessa diferenciação positiva que eu estava a falar. Função social, nesse contexto, será tudo.

Eu estava a falar de intervenção social no domínio dos estratos da população mais carenciada, nomeadamente na habitação, na alimentação e na saúde.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

Não comentei a proposta feita, de aplicação de 10% em funções sociais estritas, nesta interpretação estrita do que é ser social, porque, como sabem, a Assembleia Municipal não pode aprovar alterações às propostas do Executivo Municipal. Analisa, discute e aprova ou não aprova.

Seria fácil para mim, utilizar demagogia e referir o Plano que vamos discutir mais à frente, dizendo que já estamos a dar de benefício 10% do IRS, (cem mil euros). Pagamos as refeições e os passes escolares aos alunos do escalão **A**, concedemos isenções em auxílios económicos diretos, a pessoas carenciadas o que, somado, ultrapassa os cem mil euros/ano.

Não é com esta receita do IRS que vamos beneficiar os estratos sociais desfavorecidos porque eles já estão a ser beneficiados, à priori, dado que não pagam IRS. E como não pagam não tem de ser beneficiados com a verba do IRS que os outros pagam. O IRS que os demais pagam é para investir no todo social do Município.

*Posta à votação a proposta foi aprovada com 64 votos a favor 3 abstenções (2 CDU e 1 MAI) e 9 votos contra (7 do PS).*

### **PONTO 8 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2016 E A COBRAR EM 2017. PROPOSTA Nº 94/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que é semelhante à que tem sido votada nos anos anteriores.

É um imposto que se traduz numa receita pouco significativa, à volta dos setenta mil euros, e como podem verificar só é aplicado às empresas que não tem a sua sede social em Chaves tais como a SONAE, o PINGO DOCE, os Bancos e outras que, se não deixarem aqui este dinheiro vão aplicá-lo noutros municípios, às vezes até mesmo fora de Portugal.

Entendemos que esta proposta não prejudica a economia local e, apesar de tudo, setenta mil euros têm alguma importância na economia social.

#### **Intervenções:**

**Anselmo José Martins do PS** – disse que esta proposta não tem discussão e que concorda perfeitamente com os argumentos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara.



Recordo uma sugestão que lhe fiz no ano passado em relação a esta receita. Que seja aplicada nas vias pedonais. Sugiro a melhoria da zona pedonal da margem direita do rio.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – referiu o segundo considerando da fundamentação, que, no seu entender, não faz muito sentido porque, nos últimos anos, houve um incremento das transferências do FEF em alguns milhares de euros.

“Entendo que neste momento, no contexto atual, e de 2016 para 2017, este ponto da situação não faz sentido nenhum.

Se temos medidas de discriminação e do reforço financeiro dos municípios, se temos medidas e instrumentos que vieram aliviar um bocadinho algumas regras de contenção em sede de recrutamento de pessoal, em sede financeira, em sede de realização de despesa, em muitos domínios, acho que este considerando não faz muito sentido. A não ser que quisesse ser reportado às finanças do município”.

**O Senhor Presidente** respondeu às questões colocadas pelos Senhores deputados.

*Senhor deputado Anselmo* com o valor arrecadado no ano anterior, construímos uma Ciclovía que é também percurso pedonal, desde o Açude até à fronteira, permitindo passear ao longo do Tâmega e só da componente nacional foi um investimento bem superior a setenta mil euros.

*O Senhor deputado Nuno Vaz* tem razão na observação que fez. Este considerando é certamente a repetição de propostas anteriores que merecerá algum ajustamento na medida em que a realidade do País é hoje um bocadinho diferente.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

Às 13 horas o **Senhor Presidente da Mesa** propôs a interrupção dos trabalhos para almoço, marcando o seu reinício para as 14,30 horas.

### **PONTO 9 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº104/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo:

Permitam-me que na apresentação do último orçamento do atual mandato faça um breve balanço.

Importa, neste momento, analisar a evolução da dívida. Começamos o ano de 2014 com uma dívida a terceiros de 46,45 M€ e estimo que em 31 de dezembro de 2016, se fixe em 27,00 M€. Estaremos perante uma redução de dívida de 19,45 M€ em três anos.

Hoje já não possuímos dívida em excesso. Conseguimos inverter a situação e passamos a ter uma capacidade de endividamento de 11,1 M€, da qual resulta uma margem utilizável de 2,2 M€. Já podemos financiar-nos para a execução de obras relevantes.

Quero ainda expor-vos a evolução do Prazo Médio de Pagamentos. Em 31.12.2013 era de 231 dias e em 30.09.2016 de 61 dias, consolidamos a não violação do Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias.

Por outro lado, somos credores (dívidas de terceiros a receber pela câmara municipal) de 14,00 M€.

Em 2017 a dívida de curto prazo deixará de limitar a ação governativa, pela simples razão: Em 2017 não haverá dívida de curto prazo refletida nas contas municipais.

Estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas para podermos integrar a dívida da empresa MARC,SA e, como sabem, persiste um diferendo com a empresa Águas do Norte de aproximadamente 8 M€ que estamos a negociar, para resolução definitiva do diferendo.



Não quero classificar o desempenho da gestão financeira dos três anos de mandato. Fica à consideração da digníssima Assembleia.

Numa discussão séria e sem demagogia, não há lugar para se referirem problemas financeiros e desequilíbrios orçamentais.

O orçamento de 2017 é um orçamento que se ajusta à realidade do Município, **pois os recursos são limitados, e terão que ser afetados de uma forma eficiente tendo em conta as opções políticas do executivo Municipal.**

Um Orçamento tem opções políticas no seu Plano e não é mais do que a quantificação dessas opções.

Este Orçamento assenta em dois vetores fundamentais:

- Garantir a continuação da prestação de serviços de qualidade, pela Autarquia aos cidadãos;
- Iniciar um novo ciclo de infraestruturização e desenvolvimento.

Em 2017:

Continuaremos a desenvolver políticas de dinamização cultural, social e económica, para a construção de um futuro, em que todas as dimensões da sociedade alcancem modernidade e diversificação de oferta à população residente e visitantes.

A criação de emprego e a estimulação de jovens empreendedores, o apoio a estratos sociais desfavorecidos e a revitalização de equipamentos sociais, traduzem objetivos que pretendem aumentar a coesão social e o bem-estar dos nossos munícipes.

Neste contexto, elencam-se algumas das prioridades estratégicas do município, a desenvolver em 2017:

- **Educação**

Continuaremos a manter um nível de apoio às famílias, superior ao que a Lei exige; apoio a estudantes carenciados (escalão A e B).

Estendemos a componente de apoio à Família / Prolongamento de horário a todos os estabelecimentos de educação pré-escolar com seis ou mais alunos, representando um significativo acréscimo de despesa em prestação de serviços e despesa de funcionamento das escolas.

Suportamos o custo com refeições escolares dos alunos carenciados.

Apoiamos os passes dos alunos carenciados do ensino secundário.

Como sabem, de acordo com a lei, é competência das Juntas de Freguesia fornecer o material de limpeza e de expediente às escolas do 1º ciclo e de educação pré-escolar, a Câmara através de protocolo está a assumir essa despesa que orça anualmente em 25.800 €.

Vamos organizar um Fórum em torno da educação;

Vamos elaborar um Projeto Educativo para o Concelho;

Vamos elaborar e implementar o Plano Integrado de Promoção do Sucesso Educativo;



Vamos requalificar a rede de Jardins de Infância e as Escolas de 1º Ciclo de:

- Jardim de Infância de Vidago;
- Jardim de Infância de Chaves (Cino-Chaves);
- EB1 + JI do Caneiro;
- EB1 + JI de Vila Verde;
- EB1 de Santo Amaro.

### • **Cultura**

Vamos em torno do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, obra identitária, dinamizar e promover atividades culturais para fidelizar públicos.

Vamos concluir a 1ª fase do Museu das Termas Romanas.

Vamos ampliar e requalificar o Museu da Região Flaviense.

Continuaremos a organizar espetáculos e exposições, reforçando a matriz local.

Vamos proceder à publicação de livros;

Em colaboração com as associações locais, desenvolveremos os seguintes eventos:

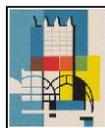
- Festa dos povos;
- Festival Identidades;
- Exposições de artes plásticas;
- Exposição Fotografa / Raid Fotográfico;
- Encontro de Escritores;
- Dia Mundial da Juventude;
- Workshops destinados à divulgação do património cultural.

### • **Desporto**

Disponibilizamos instalações desportivas, incluindo a utilização dos pavilhões dos agrupamentos de escolas, de forma gratuita para os clubes com atividade desportiva federada.

Vamos responder às crescentes solicitações e exigências nesta área, através de:

- Conclusão do projeto do Palácio da Água (piscinas municipais) e abertura de concurso para a execução da 1ª fase;



- Conclusão do projeto de um novo Pavilhão Municipal e abertura de concurso para a execução da obra;
- Parque Urbano Desportivo (transformação do parque multiusos de Santa Cruz em parque urbano desportivo):
  - Complexo de Ténis;
  - Campos de Futebol de 11.
- Continuaremos a requalificação do Estádio Municipal Eng.º Manuel Branco Teixeira;
- Implantação de um circuito de Manutenção no Parque Urbano da Madalena;
- Ciclovia do Tâmega;
- Ampliação da Pista de Pesca.

### • Juventude

As políticas de juventude constituem um processo contínuo de interação entre os responsáveis políticos, os jovens e as suas associações. A participação dos jovens deve efetivar-se em todo o processo de definição, execução, monitorização e avaliação das políticas locais de juventude.

### • Inclusão e Solidariedade Social

A dinamização de políticas de ação social na nossa sociedade tem que ser capaz de concretizar a nossa matriz humanista. Pela conjuntura em que o país vive, pelas dificuldades que as populações sentem, é intenção deste executivo desenvolver ações concretas, por forma a atenuar as carências dos cidadãos, reabilitando aos poucos a qualidade de vida. Para tal vamos:

- Dinamizar o “Fórum Social” (participação de todas as IPSS do concelho);
- Valorizar o papel das IPSS (reconhecemos a enorme importância das IPSS no desenvolvimento sustentado e no reforço da coesão social do concelho);
- Promover uma eficiente articulação entre as IPSS, a Câmara Municipal e outras instituições;
- Apoiar a construção de Equipamentos para a Terceira Idade. Em janeiro deverá iniciar a atividade o Lar de Tronco;
- Apoiar a criação de dois Centros para Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência, um para a Associação Flor do Tâmega e outro para a CerciChaves;
- Dar uma atenção especial às pessoas portadoras de deficiência e aos extratos sociais mais desfavorecidos;



- Dinamizar a implementação do Cartão Municipal de Famílias Numerosas;
- Construção de um Centro de Convívio;
- Beneficiação dos edifícios dos bairros sociais
- **Valorização das Atividades Económicas**

A dinamização de políticas de promoção de Chaves e dos seus produtos são fundamentais no processo de desenvolvimento e criação de emprego. Para tal vamos:

- Dinamizar a marca Sabores de Chaves;
- Classificar como produto IGP o Folar de Chaves e o Presunto de Chaves;
- Continuar a organizar Feiras para a promoção dos produtos de Chaves;
- Participar em feiras internacionais para a promoção de Chaves e dos produtos;
- Organizar um evento internacional de Gastronomia;
- Dinamizar as Termas de Chaves e Vidago;
- Solicitar a exploração da água mineral de Vilarelho da Raia para aproveitamento termal;
- Reforçar a dinâmica turística de Chaves (estão hoje em construção 2 novos hotéis, em significativa requalificação 1 e em projeto mais 1).

### **Vamos iniciar um novo ciclo de infraestruturização e desenvolvimento.**

No Plano Plurianual de Investimento que vos é submetido para discussão e aprovação, estão previstos investimentos de:

- Requalificação de estradas, ruas e avenidas;
- Requalificação de praças e jardins;
- Requalificação e ampliação de Parques Infantis;
- Construção do Centro Coordenador de Transportes;
- Construção de emissários, etares e ampliação de redes;
- Construção de adutoras para melhorar o abastecimento público de água;
- Apoio à requalificação de regadios tradicionais;
- Ampliação da capacidade incubadora de empresas;



- Qualificação do Parque Empresarial;
- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Eficiência energética de edifícios e iluminação pública;
- Modernização Administrativa dos Serviços Municipais.

A gestão económica e financeira do Município assenta no pressuposto de que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar.

Assim temos previsto:

Uma receita corrente de 29,78 M€ e uma receita de capital de 8,63 M€, totalizando 38,41 M€;

Uma despesa corrente de 22,29 M€, resultando uma diminuição face a 2016 de aproximadamente 2,5 M€;

Uma despesa de capital de 16,11 M€, resultando um aumento face a 2016 de 2,32 M€;

Como podemos constatar no orçamento para 2017, temos uma poupança corrente de cerca de 7,48 Milhões de Euros, que vai financiar as Despesas de Capital.

No apuramento da receita, foi considerado o disposto no POCAL quanto à regra previsional da média dos últimos 24 meses.

As despesas com pessoal estão estabilizadas.

**Importa referir que para o ano de 2016 estão previstos cerca de 0,5 M€ de subsídios para instituições sem fins lucrativos, nomeadamente associações desportivas e culturais.**

**Foi também orçamentado em transferências de capital para 2017, a verba de cerca de 1 M€, em que destacamos:**

- Freguesias- Acordos de execução de 670.000 €;
- Bombeiros cerca de 150.000 €.

O Plano Plurianual de Investimentos, contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e em alguns casos, concluir no ano de 2017, domiciliados nas respetivas Funções.

O valor previsto totaliza 11,44 M€, resultando um aumento face a 2016 de 4,27 M€.



## Análise da representatividade das Funções no cômputo das GOP'S e no Total do Orçamento

	Total GOP'S	%	Total Orçamento	%
	11 440.510,30€	100,00%	38.418.723,71 €	100,00%
<b>Funções Gerais</b>	1.261.996,78 €	11,03%	1.261.996,78 €	3,28%
<b>Funções Sociais</b>	6.171.298,40 €	53,94%	6.171.298,40 €	16,06%
<b>Funções económicas</b>	3.912.215,12 €	34,19%	3.912.215,12 €	10,18%

Foi manifesta intenção canalizar investimento para a Função Social, representando 53,94% (mais 4% face a 2016) no total do PPI/GOP'S e 16,06% (mais 7% face a 2016), no orçamento Global.

É um orçamento de rigor, equilibrado em que as funções gerais, sociais e económicas estão na proporção das nossas prioridades e preocupações, sendo que as funções sociais absorvem mais de metade da dotação orçamental.

Persiste a preocupação em:

- Promover a redução nas despesas de funcionamento (comunicação, eletricidade, seguros, limpeza e higiene, material de escritório);
- Aumentar a eficiência na gestão dos sistemas abastecedores de água e recolha de águas residuais;
- Continuar a política de eficiência energética ao nível da iluminação pública e dos edifícios municipais;
- Manter o rigor na gestão financeira, procedendo ao pagamento de todas as faturas dentro do prazo.

Em função do exposto solicito à digníssima assembleia municipal a aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017.

### Intervenções:

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que esta é uma intervenção de cariz político muito acentuado, que traduz visões completamente distintas da realidade e da estratégia do desenvolvimento local, que são fundamentais para alterar a realidade que vivenciamos.

Ao ouvir o Senhor Presidente da Câmara tiramos duas conclusões, que a realidade não é aquela que hoje sentimos diariamente, porque nos foi proposto um conjunto de investimentos muito abrangentes em vários domínios, ou então estamos a assistir à apresentação daquilo que vai ser o manifesto da candidatura autárquica 2017/2021.

Presumo que todos esses investimentos não sejam todos feitos em 2017. Será 2017/2021 porque muitos dos investimentos que foram enunciados, não os vi expressos com verba definida no PPI pelo que, certamente serão para anos seguintes.

Estão aqui identificados alguns investimentos com os quais concordamos e temos pena que não tenham sido já realizados, porque têm vindo, sucessivamente a ser prometidos e não executados.

É o caso, por exemplo, do Palácio da Água em que a minha memória me diz que esta é uma promessa de 2009.

Outro investimento estruturante de que estamos a falar tem a ver com o Pavilhão Desportivo. Este não era uma obra proposta na candidatura de 2005/2009?

Verificamos que é uma proposta apresentada com um discurso novo, mas, no essencial, estamos a falar de promessas reiteradamente incumpridas.



O Parque de Exposições não era suposto ter sido realizado e já estar a ser utilizado? Ser o espaço no qual fizéssemos a promoção das nossas atividades locais e das nossas competências?

Não era também suposto estarmos hoje a fruir do Museu das Termas Romanas? Estamos a falar de uma obra, cujo início das escavações, tem sete anos.

Estamos a assistir a um conjunto de promessas muito importantes porque 2017 é ano de eleições e temos de apresentar um Orçamento que não é um orçamento. É um manifesto eleitoral. O Senhor Presidente diz que são 12 milhões de euros, para investimentos de capital, mas se calhar 4 milhões são para amortizações. Parece-me que este documento promete muito na parte estratégica mas na parte operacional fica muito aquém. E fica muito curto porque é fruto de más decisões do passado.

Se há muitos investimentos na área da educação, com os quais nós concordamos, designadamente na requalificação de todos os jardins-de infância, também concordamos com todo o investimento na área social da habitação, que tem sido reiteradamente proposto por nós, no sentido de que as habitações pudessem ser recuperadas.

Das trinta e sete propostas que apresentámos em sede do exercício do direito de Oposição, vemos dois sinais. A aquisição de duas casas do Centro Histórico para habitação social e saudamos essa inclusão. Entendemos que é um caminho de revitalização do Centro Histórico, embora não seja suficiente.

Não vemos espelhado nestes documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento, respostas essenciais para o problema central do nosso concelho e que são as pessoas, é a demografia, são as atividades económicas.

Esperávamos que houvesse uma estratégia concertada, consistente e robusta no sentido de estimular e ajudar a criar oportunidades de emprego, fazendo isso em articulação com os empresários. Não é criando um Gabinete de Promoção de Investimento, com pessoas que não estão qualificadas. Eu acredito num Gabinete de Promoção de Investimento mas com gente capaz, com conhecimentos, com relacionamentos; com capacidade de captar investimento.

O nosso desafio maior nem é repavimentar as estradas, nem requalificar os equipamentos públicos. O nosso desafio maior chama-se demografia. Se não conseguirmos responder aos problemas de fixar/estancar a migração que todos os dias acontece neste concelho, se não conseguirmos ter políticas locais, regionais, mas sobretudo políticas locais e nacionais de forma articulada, vamos ter um problema muito grave. Sem pessoas não há atividades sem atividades não teremos pessoas.

Esperava medidas concretas de estímulo à demografia e às atividades económicas, neste Orçamento.

Vejo no PPI uma proposta para uma incubadora mas não está dotada com meios financeiros adequados, porque os que lá estão são insuficientes.

Para além das considerações que possam ser feitas àquilo que nos últimos anos tem sido alguma espoliação e alguma agressão aos cidadãos, por via das taxas e dos impostos, a nossa crítica relativamente a este documento tem a ver, sobretudo, com a falta de visão para resolver o problema maior que são as pessoas e são as atividades.

**Francisco José Teixeira Lopes S. Preto do MAI** – disse verificar que, em linhas gerais, este é um Orçamento em que há mais obra do que nos orçamentos anteriores.

Não me admira que o PS diga que é um Orçamento de ano eleitoral. É capaz de ser mas eu estava também à espera disso e entendo que em todos os municípios, independentemente do partido que for, o orçamento em ano eleitoral é diferente; há sempre mais obras.



Não esperava que no início do mandato o executivo começasse a fazer obras, para agravar a dívida do município, e depois, no último ano, porque há eleições, pagasse a dívida mais os juros.

Entendo que dentro do possível este é um bom Orçamento com investimento nos arruamentos que são muito importantes para todos nós, investimento a nível social, em escolas, no apoio aos idosos. Parece-me, efetivamente, um bom Orçamento.

Não digo que seja o Orçamento ideal, porque esse seria aquele em que a receita nos fosse toda dada pela Europa, e a despesa era toda feita em escolas, em festas e um cabaz de natal para todos.

Com o que não concordo é com a quota anual de três mil e duzentos euros para o Tribunal de Consumo. Já falei neste assunto na última sessão da Assembleia Municipal e considero uma aberração o seu pagamento porque, na realidade o Tribunal de Consumo não faz cá falta nenhuma. Temos um tribunal Judicial que dá perfeito vazão aos processos que lá entram e está a pôr-se em risco, quer em Chaves, quer em comarcas limítrofes.

Considero a minha intervenção imparcial porque é a última vez que o Movimento Autárquico Independente está aqui a votar um Orçamento; este MAI tal qual está aqui formado. Não quer dizer que no futuro não haja outros movimentos independentes, mas como agora existe nunca mais haverá.

Sei que a partir de agora começa a movimentar-se a próxima campanha autárquica. O MAI era um Movimento com várias tendências e a partir de agora não vou apontar mais o nosso sentido de voto. Cada um votará como entender, aliás foi um pouco sempre assim, embora eu saiba que a maioria vota como eu voto e não quero prender ninguém ao meu sentido de voto. Entendo ser importante dizer isto.

**Manuel Guerra Afonso do MAI** – disse que a zona de Valdanta que referiu no período antes da ordem do dia e onde não há água está dentro do PDM.

“Este Orçamento, para ano de eleições, apresenta um volume de investimento que eu não sei se é para realizar, mas em termos turísticos não vi nada de novo.

**Tive conhecimento que haveria um empreendimento turístico previsto para a zona de Valdanta e que terá sido rejeitado pela Autarquia.**

Sobre as questões do Rio não diz nada e relativamente à paisagem e aos recursos naturais não vejo nada aproveitado. **A Arte Rupestre continua como há cinquenta anos, sem acessibilidades, sem o mínimo de proteção por parte dos arqueólogos da Câmara que podiam zelar por este património. Isto é turismo, e riqueza para a cidade.**

Antes de pensar em projetos faraónicos como por exemplo o do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, e o Museu das Termas Romanas deve ir para aquelas coisas que são a necessidade da população. É a água, o saneamento, a acessibilidade, o bem-estar e são os cuidados primários de saúde.

Chaves não tem indústrias. A “Pastelnor” cessou a atividade e daqui por alguns dias são vinte e sete famílias portuguesas que ficam sem cinco ordenados e duas espanholas e aqui também existem diferenças. Os trabalhadores espanhóis ganham 1.500,00€ cada e os portugueses ganham 600,00€.

Era bom que tivéssemos empresas a laborar no Parque Empresarial; temos de os atrair para cá”.

Terminou desejando aos presentes um Bom Natal e o maior sucesso para todos.

**Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD** – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Num ano em que a dita retoma económica e social, continua a ser mais propalada nos meios de comunicação social do que visível no terreno, o Município de Chaves, à semelhança dos restantes municípios do país, das empresas e de cada um dos portugueses, continua a ver-se confrontado com a necessidade de gerir minuciosamente, recursos escassos, para satisfação das necessidades das



populações. A proposta de orçamento para 2017 evidencia isso mesmo, ao canalizar investimento para a Função Social, num total de 53,94% do total do PPI/GOP's e de 16,6% no orçamento global.

Depois de dois anos de um intenso trabalho de recuperação financeira e de um período de transição de quadro comunitário, o Município de Chaves apresenta agora um orçamento onde o investimento volta a ter um papel de destaque, em coerência com o documento estratégico apresentado a esta Assembleia em Setembro passado, e para o qual solicitou de forma aberta e participativa contributos a todas as forças partidárias. Estranhámos por isso ver a crítica dos vereadores socialistas à falta de estratégia do documento apresentado, considerando a ausência de contributos do seu partido para o enriquecimento e melhoria dessa mesma estratégia.

Assim, relativamente ao orçamento de 2017, que ronda os 38 milhões e meio de euros, importa destacar:

1. Os níveis de poupança corrente. Prevê-se que as receitas correntes venham a ultrapassar as despesas correntes em cerca de sete milhões e meio de euros. Significa isto que o município assume desde já, apesar da quebra de 9% que antecipa nas receitas correntes relativamente ao ano anterior, que poupará na sua gestão ao longo de 2017, prevendo por isso a redução de praticamente todas as categorias de despesa corrente.
2. As receitas de capital apesar de um crescimento de quase 3 milhões de euros em relação ao orçamento anterior, representam apenas 22,48% das receitas totais em 2017, e não serão suficientes para cobrir os mais de os 16 milhões de despesas de capital, previstas. O Município contará com a sua poupança corrente para cobrir este investimento. Como é óbvio, não há investimento sem despesas de capital. Nestas despesas, incluem-se, os diversos investimentos financiados através de projetos comunitários, alguns com dotação orçamental já cativa como é o caso dos previstos no Pacto do Alto Tâmega e outros ainda em candidatura, mas também outros sem qualquer tipo de financiamento direto, que obrigarão o Município a um esforço adicional.
3. É importante realçar a excelente gestão da dívida que o município tem vindo a desenvolver, e que lhe permitirá neste orçamento, reduzir a despesa com "Juros e Outros Encargos" em cerca de 65% relativamente ao ano anterior cifrando-se esta rubrica abaixo dos 850 000€, contra os cerca de 2 400 000€ em 2016. Este trabalho é reforçado pela manutenção do esforço de liquidação dos empréstimos existentes, que se mantem com grande significado no orçamento apresentado;
4. Um orçamento tem opções políticas no seu Plano e não é mais do que a quantificação dessas opções. As Grandes Opções do Plano absorvem em 2017, 30%% do total do orçamento, sendo que desse valor mais de 53% está destinado a funções sociais, 34% a funções económicas e 11% a funções gerais.

Com o documento apresentado, o Município de Chaves, manifesta a sua intenção de afirmar o concelho, como um território de atividades económicas, turismo e cooperação. Os investimentos centrados na valorização do património natural e cultural do concelho, visam a potenciação direta do setor do turismo, e indireta de todas as atividades económicas. O investimento previsto na melhoria da qualidade de vida das populações reforça a importância da educação, juventude, inclusão e solidariedade social enquanto prioridades estratégicas do concelho.

Em suma, o trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, permitiu um reequilíbrio financeiro do município, que agora, pode aproveitar as oportunidades que o novo Quadro Comunitário lhe oferece, facto comprovado com os mais e 40 milhões de euros de investimento já perspectivados neste plano, centrando-se na Valorização do



Território nas suas mais diversas facetas, como fator chave para a sua sustentabilidade e desenvolvimento.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Resolvemos a situação financeira do Município. Hoje a Autarquia não tem dívida de curto prazo. É simpático verificar que os empresários locais, nos abordam não para pedir que lhe paguemos faturas em dívida, mas para nos pedir que requisitemos mais materiais e isto faz toda a diferença.

Paralelamente, as obras concluídas, as obras iniciadas e também concluídas neste mandato, são relevantes e muito significativas.

O Senhor deputado Manuel Guerra chama-lhe obras faraónicas. É engraçado porque as obras que ainda hoje se podem ver no Egito, são as faraónicas porque as outras desapareceram todas. As que ficaram para a história, as que diferenciam o povo egípcio são as que os Faraós deixaram.

Em Chaves temos o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, em que hoje não lhe dão a importância devida; no futuro será diferente.

O Museu Nadir Afonso e o Pavilhão Expo Flávia iniciaram-se no mandato anterior e foram concluídas neste.

O Parque de Estacionamento do Centro Histórico foi iniciado e concluído neste mandato e está em funcionamento há mais de dois anos.

A Requalificação das Termas de Chaves foi iniciada e concluída neste mandato. A forma como foi feita esta obra foi muito contestada pelo Partido Socialista, mas a verdade é que não havia outra maneira de a fazer. Era impossível ter o balneário em funcionamento e fazer as obras em simultâneo. É preferível sermos desejados do que indesejados. Os aqvistas que estiveram fora no período das obras voltaram e trouxeram outras pessoas com eles, apesar de o número global ter diminuído. Mas diminui em Chaves e no resto do País.

As Termas terapêuticas tiveram uma queda no País inteiro não só pela crise mas também pela falta de participação dos tratamentos e o Balneário de Chaves foi sempre essencialmente terapêutico. Por força das obras de requalificação que fizemos, estamos agora a desenvolver a vertente do bem-estar que, como é natural, terá o seu tempo para fidelizar os utentes.

O Balneário de Vidago, aspiração antiga dos vidaguenses foi iniciado, concluído e posto em funcionamento neste mandato. Estamos a resolver o problema da água, que não é nosso, mas sim da UNICER que é quem no-la fornece. Em Março/Abril reabrirá em pleno para satisfazer toda a procura.

Requalificamos o Estádio Municipal com um investimento de um milhão de euros, sem o qual o Grupo Desportivo de Chaves não poderia fazer os seus jogos em casa.

Requalificamos as avenidas de Vidago.

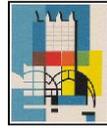
Construímos de raiz a Avenida da República que permite uma entrada na cidade, condigna.

Já iniciamos a requalificação de estradas.

Apesar de não ser o que desejamos, este volume de obras não envergonha ninguém. Não deve haver muitos municípios à nossa volta, que realizaram obras em volume semelhante ao que nós realizamos e, em simultâneo, diminuíram a dívida em dezanove milhões de euros.

O Senhor deputado Nuno Vaz disse que o Palácio da Água é uma promessa de muitos anos. Eu diria que é semelhante à promessa de construção do novo aeroporto em Portugal. Mas vamos ver se em 2017 daremos início à construção.

O investimento de capital que referi é de 16,11 milhões de euros e no PPI estão inscritos 11,44 milhões de euros que não são para pagar capital. O que é para pagar despesas de capital é a diferença que vai de 11,44 a 16,11 milhões e nos 11,44 estão mais 4,27 milhões de euros, referentes a 2016. É uma recuperação de investimento significativa que só é possível porque se conseguiu regularizar a situação financeira.



O GPI não é da Câmara Municipal. Pertence aos Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso.

É muito desagradável ouvir mencionar o nome de pessoas que não se conhecem. Não é de bom-tom dizer que a técnica que trabalha no GPI não é a pessoa qualificada. Trabalham dois técnicos no GPI e ambos são qualificados. Tanto assim que ambos estão a ser solicitados, constantemente, pelo administrador da EHATB.

Segundo o Senhor deputado Nuno Vaz, o grande problema de Chaves e a razão por que Chaves não se tem desenvolvido, nos últimos anos, é porque perdeu população. É verdade que perdeu, mas no Alto Tâmega foi o concelho que menos perdeu; perdeu 5,6% da população. Em todo Trás-os-Montes, com exceção de Vila Real e Bragança, todos os demais concelhos perderam população. E Vila Real e Bragança não perderam população porque funciona o planeamento à “Mouzinho da Silveira”. Como sabem Mouzinho da Silveira foi quem fez a reforma administrativa do país e criou os distritos. A partir daí passou a ir tudo para as capitais de distrito.

Após o “25 de Abril” foi criada a rede de Ensino Superior e para onde foram as Universidades e os Politécnicos? Para as capitais de distrito. Foram criados Hospitais Centrais de referência e para onde foram? Para as capitais de distrito. Fez-se uma Reforma do Sistema Judicial e para onde foram os Tribunais de Comarca? Para as capitais de distrito.

Enquanto tivemos o Polo da UTAD a funcionar, foi sempre a Câmara Municipal de Chaves a pagar as rendas e construiu instalações condignas. Mesmo assim foi encerrado e nunca percebemos porquê. A Câmara de Vila Real teve tudo de mão beijada.

Na opinião do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, a causa do insucesso em Chaves, é a perda de população.

Ora cada um de nós é avaliado, individualmente, por aquilo que somos como pessoas, por aquilo que somos como profissionais e pelo sucesso que nós, enquanto profissionais granjeamos e ajudamos os outros a granjear.

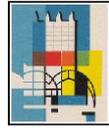
O Senhor deputado Nuno Vaz, no desempenho das suas funções como Chefe de Gabinete/Diretor de Departamento contribui, diretamente, para o sucesso do seu Presidente, tal como os técnicos da Câmara de Chaves que me apoiam, diretamente, contribuem para o meu sucesso.

Montalegre foi o concelho que perdeu mais população no Alto Tâmega, num total de 17,4% e um dos que mais perdeu ao nível de Trás-os-Montes. Se isto é sinónimo de insucesso então o Município de Montalegre foi aquele que mais insucesso teve.

Não é por aí que eu vou. Estou apenas a utilizar um argumento e o argumento não foi trazido aqui por mim porque eu não avalio o sucesso ou insucesso de um município pela perda de população. As circunstâncias que levam à perda de população são muito diversas, estão muito longe do poder local. Estão muito mais na capacidade e no poder do governo.

Se não fosse o planeamento à “Mouzinho da Silveira”, as coisas até nem eram difíceis. O que vou dizer agora disse-o à pessoa em questão e na presença de dois ministros, na semana passada, em Mirandela, numa sessão da apresentação das cento e sessenta e quatro medidas para o interior. Cento e sessenta e quatro medidas que, em meu entender, são medidas a mais. Era melhor que fossem menos e fossem implementadas.

Fala-se em descentralização mas destas cento e sessenta e quatro medidas nenhuma delas é de deslocalização de serviços. Uma das medidas de descentralização prevista e com a qual não concordo, mas se for publicada temos de a cumprir, é fazer a gestão dos centros escolares do concelho. Será que esse facto vai criar mais emprego em Chaves? Não. Pelo contrário. Provavelmente, a prazo, criará algum desemprego ao fundir três secretarias que agora existem, numa só. E isso não é diferenciar o nosso território em relação a outros. É a administração central



a passar uma grande responsabilidade para as autarquias. E, durante dois ou três anos fará as transferências para a sustentabilidade da nova competência, mas depois passam a ser as câmaras a ter de suportar os custos de uma obrigação que é do estado.

O Senhor deputado Francisco Preto falou no Tribunal de Consumo. Vamos analisar a sua prestação durante um ano e depois disso veremos da possibilidade de continuidade ou não.

O Senhor deputado Manuel Guerra disse que foi deixar tudo para o último ano. Não foi deixar tudo para o último ano. Já elenquei um conjunto de obras que foram feitas ao logo deste mandato, que nos encham de orgulho e encheriam de orgulho qualquer concelho.

Para além disso, inexplicavelmente, quer o anterior governo, quer o atual, com as diretrizes que transmitiram às unidades de gestão, não aprovaram as candidaturas mais cedo e empurraram os fundos comunitários para 2017. O que vai acontecer em todos os territórios, que são áreas de convergência, é que vão ter muito dinheiro para investir em 2017 e não é por ser ano de eleições. Ainda há decisões para tomar. É o caso da área social onde ainda não estão mapeados os equipamentos. Na área de acolhimento empresarial o atual governo chamou as candidaturas do Porto para Lisboa para ser Lisboa a decidir, apesar de a competência para aprovar ser da Unidade de Gestão. Ainda não há decisão.

As candidaturas feitas ao POSEUR não está nenhuma aprovada. Não fomos nós que empurramos tudo isto para 2017.

O governo vai permitir às Câmaras Municipais que se financiem na banca para suportar os 15% da comparticipação municipal e esse financiamento não conta para a capacidade de endividamento. Isto significa que não foi por razões financeiras mas sim pelo calendário determinado pelo governo.

Quero dizer ao Senhor deputado Manuel Guerra que estou a trabalhar para manter a confiança dos flavienses. É para isso que estou a trabalhar.

Diz-se em Chaves que a Câmara Municipal não aceitou a vinda da empresa de escapes para a indústria automóvel, a FAURECIA que tem a sua sede social em Bragança e fez ali reforço de investimento.

É verdade que os administradores da referida empresa se dirigiram à Câmara Municipal dizendo que precisavam de um lote com 25 mil metros quadrados. Eu próprio os acompanhei à zona industrial onde lhe indiquei um lote que tem 30 mil metros quadrados, que lhe podíamos ceder, ao preço simbólico de um cêntimo por metro quadrado.

Informaram que não estavam interessados em comprar e propusemos-lhe o arrendamento do lote, mas também não queriam arrendar. Queriam que a Câmara Municipal construísse um pavilhão com 13 mil metros quadrados e depois lho arrendasse. Ora um pavilhão com 13 mil metros quadrados custa à volta de três milhões de euros e podia vir a acontecer o mesmo que acontece com a “Pastelnor” e com os “Prazeres da Terra” e outros, que não pagam rendas. Desta forma não faz sentido.

No nosso país existe muita desconfiança relativamente aos autarcas e temos leis que fazem com que se pense que os autarcas são todos corruptos.

A lei da transparência obriga a que para qualquer obra, acima dos cento e cinquenta mil euros, se proceda à abertura de concurso público. Acima dos trezentos mil euros, precisa de visto prévio do Tribunal de Contas. Devia permitir fazer essas obras por ajuste direto e dessa forma poderíamos dar mais trabalho às empresas locais e garantir o emprego local.

No entanto, a lei permite que uma autarquia dê a uma empresa um lote de terreno que pode valer quatrocentos a quinhentos mil euros. Então isso não é um desbaratar de dinheiro?



É por essa razão que os municípios competem uns com os outros para atrair o maior investimento externo que puderem porque não há um governo que faça um planeamento estratégico para o País. Disse isso à Técnica da Unidade de Missão, em Mirandela. Se houvesse um planeamento nacional, seria diferente. É que quer se queira, quer não, os territórios desenvolvem-se quando dispõem de uma administração pública forte; ou pelo menos uma administração pública melhor distribuída pelo território. Da forma como está, não ajuda nada a atrair investimento e dei-lhe exemplos.

Existe um serviço excelente em Portugal – a Saúde 24 – em que se telefona para lá e somos atendidos por pessoas simpáticas, competentes, que no dia seguinte nos devolvem a chamada a perguntar se resolvemos o problema e como está a correr. O serviço tem dois call center; um no Porto e o outro em Lisboa. No entanto podia estar um em Montalegre e o outro em Montemor-o-Novo, por exemplo, e os duzentos enfermeiros que vivem no Porto, mais os duzentos que vivem em Lisboa e trabalham neste serviço, se estivessem nessas localidades faziam toda a diferença. É com atitudes deste género que os governos têm de resolver a coesão territorial.

Também o exército português podia estar melhor distribuído pelo interior do território nacional e dessa forma seriam criados mais empregos nesses territórios. É assim que os Estados Unidos fazem. Existem zonas desérticas nos Estados Unidos que vivem à custa do exército porque criaram ali bases militares, resultando em empregos, em consumo, em fixação de população.

Ficamos sempre preocupados quando os Estados Unidos nos dizem que vão desativar a base das Lages não pelas rendas que pagam, mas pelos postos de trabalho que ajudam a dinamizar.

Vila Real tem a UTAD mas o setor público universitário não se vai expandir mais. Pelo contrário. Penso que com a quebra de população irá retrair.

Vila Real tem o Hospital Central e tem a melhor localização para servir Trás-os-Montes, face à rede viária.

Ninguém vai de urgência ao Tribunal. Então porque é que o Tribunal de Comarca não ficou em Chaves?

Se esse planeamento fosse feito, se distribuíssem a administração pública pelo país, ajudavam a equilibrar a estrutura das cidades médias. Ainda estão a tempo de o fazer. O governo anterior cometeu um erro mas este pode corrigi-lo se quiser. Se esse equilíbrio não for feito, só pelos municípios não chegamos lá. Como atrás disse todos os municípios estão hoje a competir pelas empresas e quando um vende um terreno a um euro, o vizinho vende a cinquenta cêntimos. Depois sabemos onde existe a mão-de-obra, onde estão os portos de mar, os aeroportos e outras infraestruturas essenciais; onde estão as universidades com competências nas áreas das novas tecnologias, das engenharias e percebemos facilmente, onde se localizam as empresas.

Foi este tipo de exemplos que dei em Mirandela à Unidade de Missão.

Nunca vi a AICEP trazer uma empresa para Chaves, apesar de lhe batermos à porta muitas vezes a pedir.

Agradeço a análise feita pela Senhora deputada Ana Coelho sobre o Orçamento.

**Ana Maria Rodrigues Coelho** do **PSD** – pediu a palavra para prestar um esclarecimento.

A informação que tinha na minha apresentação não está incorreta. O PS fez propostas no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, no Orçamento, e eu na minha intervenção referi expressamente o documento apresentado aqui na última Assembleia Municipal e para o qual o Senhor Presidente pediu contributos.

**Nuno Vaz Ribeiro** do **PS** – disse que o está a ser discutido para aprovação são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e não o documento de Orientações Estratégicas. São questões diferentes.



Da única forma em que os partidos podem apresentar propostas é ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, salvo se foram apresentadas pelos Senhores vereadores em sede de reunião de Câmara.

A intervenção da Senhora deputada Ana Coelho foi a seguir desmentida pelo Senhor Presidente da Câmara ao dizer que, afinal, não foi este governo que adiou a questão das decisões relativamente aos vários avisos comunitários, mas que foram dois governos; o anterior e o atual fizeram com que o processo se desenvolvesse mais tarde para que o investimento só chegasse em 2017. Recordo que quem desenhou todo o processo dos fundos comunitários foi o Ministro Poiares Maduro do PSD. Se depois não o conseguiu desenvolver, implementar e colocar em execução, é outra questão. O PS é governo há apenas um ano.

“Senhor Presidente da Câmara é a segunda vez que faz uma coisa que para um autarca me parece censurável. Mistura questões políticas com questões pessoais e isso é absolutamente inaceitável.

Que o Senhor venha falar da minha intervenção política enquanto dirigente do Partido Socialista concordo e aceito que faça todas as considerações, mas falar da minha profissão não aceito. Quando o Senhor foi Chefe de Divisão da Câmara de Ribeira de Pena alguém lhe fez aqui alguma consideração? Eu nunca fiz.

Que eu saiba os Diretores de Departamento não fazem orientação estratégia nem fazem gestão nas autarquias. Se assim fosse não havia nem presidente, nem vereadores. Quem eventualmente poderia influenciar decisões seriam os assessores e vereadores, embora me pareça que não, porque os assessores de apoio à presidência e vereadores têm outra missão.

Se quando fui Chefe de Gabinete me dissessem que como assessor, poderia ter alguma responsabilidade política estaria bem, mas eu no Município de Montalegre sou Diretor de Departamento desde junho de 2002.

A política em Montalegre é conduzida por quem tem o mandato para o fazer. Não por mim. Em Chaves tenho toda a legitimidade para discutir todas as questões, inclusivamente as questões da demografia.

Se me disser que a realidade é mais complexa e não se traduz só na ação municipal, concordo e até podemos fazer essa discussão, mas partir para essas comparações e essas extrações de conclusões, parece-me de muito mau gosto.

As obras iniciadas e concluídas no seu mandato não foram muitas. Podiam ser muito mais se os sete milhões de euros não fossem gastos em juros. Provavelmente aquelas obras que eu referi há pouco, seriam concluídas.

Quanto ao GPI eu disse que os técnicos não são qualificados para aquela função. Entendo que não têm o perfil adequado para fazer captação de investimento, para fazer a promoção das nossas competências. Esses técnicos podem ser qualificados para outra função e estarem mal enquadrados.

Na altura li uma notícia no jornal que dizia: Chaves cria gabinete de promoção ao investimento para as empresas do concelho. Este é o cumprimento de uma das promessas eleitorais.

Quem se vangloriou de ter criado um GPI foi a Câmara. Quem lhe paga, de facto, é a EHATB, mas quem o gere é a Autarquia.

Relativamente às medidas para o interior creio que este governo tem a virtude de já ter começado a implementar algumas, enquanto outros, no passado, nada fizeram. Pelo contrário, retiraram algumas medidas de discriminação positiva. São insuficientes? São. Há muito mais a fazer e eu concordo com alguns exemplos que o Senhor Presidente deu. Mas ao mesmo tempo que criticamos também temos que dar uma palavra de reconhecimento para algumas das medidas que já foram aprovadas e que estão a ser implementadas.

Posso estar enganado, mas para mim, a definição dos fluxos dos montantes financeiros não está no PPI, mas sim no Orçamento. E o orçamento das despesas de



capital em meu entender, é o orçamento que define as verbas que vão ser alocadas às várias ações e na parte das despesas de capital não fala em 16 milhões. A despesa de capital que está no Orçamento é de 12 milhões de euros. O Senhor Presidente tem um documento que fala em 16 milhões e eu tenho um que fala em 12 milhões. Alguma coisa não está bem.

Esclarecida esta questão, verifica-se que há cerca de 4 milhões de euros que não são, verdadeiramente, investimento para o futuro. Tem a ver com amortizações do reembolso de amortizações de empréstimos de capital que já foram realizados.

Não me estranha nada que o Município de Chaves não tenha dívida de curto prazo. Estranharia se fosse o contrário.

Depois de mais de vinte milhões de euros para pagar dívida de curto prazo ainda havia de ter dívida de curto prazo?”

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu dizendo:

O Senhor deputado Nuno Vaz na classificação económica 07 – despesas de capital – só viu doze milhões, quatrocentos e doze mil, e vinte e um euros, mas se for à classificação económica 10 - passivos financeiros - tem mais três milhões, setecentos e sete mil e setenta e cinco euros e, somando as duas verbas, dá os dezasseis milhões.

Em seguida **o Senhor Presidente da Câmara** respondeu às demais questões colocadas pelos Senhores deputados.

Nós, seres humanos, não temos a mesma interpretação sobre a vida e sobre as coisas que nos rodeiam e é nesta diversidade de pensamentos e pluralidade que nos distinguimos de todos os outros animais à face da terra.

A mim avaliem-me como pessoa e como profissional. Sinto muito orgulho dos três anos e meio em que fui um simples Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Ribeira de Pena, onde assessoriei o Senhor Presidente da Câmara dessa altura, apoiando-o em todas as matérias e onde deixei muitos amigos.

Serei avaliado pelo tempo em que lecionei na Escola Dr. Júlio Martins onde granjeei muitas simpatias, sobretudo dos meus alunos. Pelo meu percurso como técnico do Gabinete de Apoio Técnico do Alto Tâmega e ainda como Técnico da Comissão de Coordenação da Região Norte.

Avaliem-me também pelos anos em que fui deputado da Assembleia da República, pelos anos em que fui Vereador da Câmara Municipal e pelos três últimos anos como Presidente da Câmara.

Para além disso podem avaliar-me também pela minha postura dentro da sociedade; se é correta ou incorreta. O ser humano tem muitas facetas e é na sua multiplicidade que deve ser avaliado.

**Manuel Guerra Afonso** do MAI – disse: “se nós não valorizarmos aquilo que o Senhor Presidente fez e fizer de bom, a história o fará. Somos adversários mas isso não impede que demos o mérito a quem o tem.

Não estranho que o Senhor Presidente tenha esse carinho por Ribeira de Pena. Eu também por lá andei, durante algum tempo e devo dizer que aquela gente recebe muito bem quem chega de fora. Na nossa terra às vezes temos pessoas de qualidade e não as valorizamos. Eu não tenho qualquer dúvida que o Senhor Presidente da Câmara, arquiteto Cabeleira, tem capacidade e competência.

Sobre as obras faraónicas a Autarquia gastou uns milhões no Museu Romano e a obra anda encravada e não há meio de ficar concluída. Não sabemos quanto vai custar o projeto da renovação do ar e não sabemos qual vai ser o balanço, em termos monetários. Eu se fosse técnico da Câmara sentir-me-ia honrado em resolver o problema. Mas não sou. A verdade é que existe um problema e tem de ser resolvido. Tem de haver uma solução. Eu não sei como é que as piscinas originais estavam cobertas, mas se fosse no tempo dos romanos já tinham resolvido o problema.



Comparando-nos com Vila Real e sem querer ofender ninguém, há uns anos atrás nós flavienses quisemos viver do Quartel e da bola. Vila Real voltou-se para a Universidade e para questões de caráter industrial, preocupada com a instalação de empresas e com a criação de emprego. A bola deu-nos algum nome, a nível nacional, mas continuámos à espera da autoestrada e não foi a bola que a trouxe. Agora temos outra vez bola. Eu não sou contra a bola, mas temos de ver o que é prioritário.

Quantos postos de trabalho existem no Quartel, comparativamente com outro tipo de instituição que podia estar aqui? É bom ter o Quartel mas se calhar podíamos ter outra instituição que desse mais nome e mais visão e mais movimento à cidade.

Temos de lutar contra a perda de população mas é lamentável quando nós não sabemos receber. Fiquei magoado com o Senhor Presidente, quando em determinada altura alertei para os problemas no meio rural e o Senhor me respondeu que aqueles que foram viver para o meio rural e não se sentem lá bem, podem regressar à cidade. Assim, vai continuar a haver desertificação”.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que também está muito orgulhoso do seu percurso profissional.

No âmbito das minhas funções as pessoas que trabalham e privam comigo reconhecem-me esse mérito, indistintamente do partido político com quem trabalho.

Eu em Montalegre não faço gestão política. Faço gestão técnica. Se as pessoas gostam ou não gostam de mim, ou se gostavam que eu fizesse parte de uma equipa autárquica, não é relevante. O que é relevante é que não se devem misturar questões profissionais com questões políticas.

Orgulho-me do meu passado pessoal e do meu percurso profissional mas não era disso que estávamos a falar.

Tenho comigo a informação da Direção Geral de Geologia e Energia, que é recente, e diz que o número de inscrições da evolução da frequência termal do grupo sénior melhorou em 2015, relativamente a 2013 o que contradiz a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria. O Senhor diz que diminuiu e esta informação diz que aumentou.

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que as estatísticas que referiu são as que a Associação das Termas de Portugal publica, em que separa os tratamentos terapêuticos dos tratamentos do bem-estar. A Direção Geral da Energia e Geologia utiliza números globais.

Uma pessoa que fizer tratamentos de bem-estar de um dia compra o pacote para esse dia, enquanto uma pessoa que vai fazer tratamentos terapêuticos compra o pacote para vários dias e em termos de estatística tem uma contagem diferente.

Todos sabemos como os romanos cobriam as suas termas, Senhor deputado Manuel Guerra. Faziam o que nós fazemos hoje nos banhos turcos. A cobertura dos banhos turcos é oval para que a condensação deslize pelas paredes. Não podíamos fazer isso hoje no Museu das Termas Romanas. Não é fácil agradar a todos.

Proponho abdicar, para sempre, dos fundos comunitários, no Município, desde que o governo transfira para Chaves, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro ou outra qualquer outra universidade pública. O que isso representa em termos de esforço anual do orçamento de estado, em termos de postos de trabalho, de mais-valias sociais para manter a Universidade, não é comparável com o benefício dos fundos comunitários.

O estado não promove a coesão territorial. Há territórios dentro do país em que o esforço da administração central é muito grande e há outros onde o esforço é quase nulo, mas em sede de IRS somos tributados da mesma forma e isso é injusto. Imaginem esta situação: um professor a viver em Montalegre, e um professor a viver em Lisboa, com o mesmo agregado familiar, com o mesmo vencimento, a pagar o mesmo IRS. No entanto o cidadão de Montalegre para ter acesso a serviços básicos gasta muito mais do que gasta o que reside em Lisboa. O estado em Lisboa



proporciona tudo e em Montalegre proporciona muito pouco. Esta é a grande diferença na atitude do estado perante os territórios. É o tal planeamento à “Mouzinho da Silveira”.

Voltando à saúde, concordo com a decisão de transformar o Hospital de Vila Real num Hospital Central, dada a sua situação geográfica mas não concordo com o modelo do Centro Hospitalar.

Isso pressuporia a diminuição do investimento no Hospital de Santo António, no Porto. Se o Hospital de Santo António, numa boa parte das valências, deixou de ser um hospital de referência para meio milhão de habitantes que vivemos em Trás-os-Montes e Alto Douro, porque passou a ser Vila Real, então o que se esperava é que o Estado deixasse de reforçar o Serviço de Radiologia do Santo António e reforçasse o de Vila Real. Mas isso não aconteceu.

Verificamos é que desde que foi criado o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Hospital de Vila Real passou a ter essa classificação, o investimento no Santo António nunca parou. Daí ter mais vagas para médicos, para técnicos de saúde, para enfermeiros etc. e o Hospital de Vila Real não se consegue desenvolver, a esse nível, como devia. É esta falta de planeamento dos sucessivos governos que eu condeno.

É com equipamentos públicos qualificados, que se atrai investimento, que se consegue atrair gente para o nosso concelho.

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse que foi aprovada nesta Assembleia Municipal, por unanimidade, uma Moção sobre o poder local democrático que também falava da importância da regionalização.

A regionalização é um instrumento que a Constituição preconiza para permitir a tal reestruturação do território e respetiva delegação de poderes, para combater aquilo que durante quarenta anos os governos do PSD, do PS e do CDS, fizeram, com o apoio da União Europeia e que foi destruir o interior do País.

É evidente que os executivos anteriores, e o PSD, criaram uma situação que permitiu chegar às últimas eleições, sem que houvesse a nítida noção da dimensão assumida da dívida.

Estou de acordo com o Senhor Presidente da Câmara quando diz que uma parte importante da dívida resulta da água. A CDU alertou para isso.

O grande objetivo deste mandato foi reduzir a dívida. Essa redução terá o seu mérito pela gestão da Câmara, mas também tem o mérito pelo ciclo de juros baixos. É evidente que uma boa gestão aproveita esses aspetos.

Em janeiro de 2002, o então Presidente, João Batista, disse que Chaves iria discutir a centralidade de Trás-os-Montes com Vila Real e tinha toda a legitimidade de o fazer, mas é preciso olhar para onde estava Vila Real, naquela altura, e onde está hoje e onde estava Chaves e onde está hoje. O que era o projeto autárquico do PSD para o Concelho de Chaves levou uma remodelação porque o que de estrutural foi proposto, quase nada funcionou.

Eu sei que não é fácil, que a situação é complexa, que não depende em nada, nem da boa vontade, nem da capacidade do executivo, mas nós precisamos de ter um concelho e um Alto Tâmega a produzir. Não são só os serviços e o turismo, que são importantes. Em termos de produção, não damos nenhum sinal de sair do sítio. Mais ainda. Vamos dando todos os benefícios às empresas e depois assistimos aos sucessivos processos de falência dessas mesmas empresas.

São empresas que dão condições de trabalho desumanas, que tratam desumanamente os seus trabalhadores, que aplicam salários desiguais e horários de trabalho inaceitáveis. Foi este o tipo de empresas, das poucas que conseguimos captar para Chaves e a “Pastelnor” é um bom exemplo disso. Está em falência mas eu não sei se os proprietários da empresa estão em falência. Em geral, os donos das empresas falidas saem das falências das suas empresas, sempre cheios de dinheiro.



Não estou a falar da “Pastelnor”, em concreto. Não conheço os donos da “Pastelnor” mas estou cansado de ver empresas a falir com os donos ricos.

É inquestionável que estamos perante um Orçamento próprio de um ano eleitoral e também é inquestionável que por um conjunto de circunstâncias, que também não dependem do Presidente da Câmara, os fundos comunitários só estão disponíveis em 2017. Ainda bem que há capacidade para relançar o investimento, mas não devemos perder de vista que um concelho, uma região, um país, só crescem se produzirem.

A CDU andou durante anos a chamar a atenção para o facto de a União Europeia dar dinheiro para arrancar vinhas e oliveiras. Nós dissemos que parecia tudo muito bom, mas que ia deixar o país de joelhos e deixou. E agora dizemos o mesmo em relação ao nosso concelho. Não podemos abdicar de estruturas que ponham o concelho e a região a produzir. Claro que o turismo é importante, claro que as funções sociais do estado – a educação, a saúde – são importantes, porque sem elas a região não é atrativa. Sem falar na sangria de jovens, porque a população perdida em 2016 é muito maior do que os 5% perdidos em 2011. Disso não tenho qualquer dúvida.

A pirâmide da população vai se agravando e nos próximos anos não sei se não teremos escolas secundárias a fechar por falta de alunos. Temos de ter projetos da Comunidade Intermunicipal, das autarquias, e principalmente vontade política do poder central, para o interior, para que haja objetivos e para que não se reduzam a serviços. O interior tem de ter agricultura, tem de ter indústria ligada à agricultura e tem de ter produção. Um país que viva exclusivamente de serviços é um país que tende a perder a independência e a dignidade.

**Nelson Paulo Gonçalves Montalvão** do PSD – pediu a palavra para defesa da sua bancada.

O Senhor deputado Manuel Cunha disse que o projeto autárquico do PSD não funcionou. Quero dizer ao Senhor deputado que o projeto autárquico do PSD funcionou. Desde 2002 até ao presente o projeto autárquico do PSD, tem vindo a ser desenvolvido.

Já por mais do que uma vez foi distribuído um documento nesta Assembleia Municipal que fala em obras, que fala em valores, fruto do desenvolvimento do projeto autárquico do PSD ao longo destes anos, desde as pessoas ao território. Reafirmo, em nome do Grupo Municipal do PSD, que o nosso projeto não só não ruiu como está renovado, está dinâmico e está para continuar no próximo ano, se os flavienses assim o entenderem.

O discurso do Partido Comunista Português de distribuir culpas para esquerda e para a direita porque foi o PS, e o PSD que estiveram no governo, não é mais aceitável.

Senhor deputado Manuel Cunha não se esqueça que o Partido Comunista também suporta o atual governo.

*Posta à votação a proposta foi aprovada com 51 votos a favor 2 abstenções (da CDU) e 11 votos contra (1 do MAI e 10 PS).*

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: “De acordo com as competências que a Lei estabelece, o senhor Presidente apresenta a sua proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017, da Câmara Municipal de Chaves, pela qual é formal e politicamente responsável, sendo este documento um instrumento do maior relevo para a gestão da Autarquia.

Nos termos do Estatuto do Direito da Oposição, os representantes do Partido Socialista foram ouvidos aquando da elaboração do referido documento, tendo aí apresentado um conjunto de propostas e sugestões.

Assim, na sequência da análise cuidada que efetuámos ao documento, importa salientar os seguintes aspetos:

As Grandes Opções do Plano devem refletir as linhas gerais de desenvolvimento estratégico que o atual Executivo propõe como orientação da política de planeamento



económico e social para o Município de Chaves. A sua tradução financeira deve plasmar-se no Orçamento Municipal para o exercício de 2017, refletindo a previsão de receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante esse ano, quer com a execução daquele instrumento de gestão, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.

No entanto, no documento que nos foi presente, verifica-se que a atual maioria que dirige a Câmara Municipal não define qual o caminho que quer seguir, não apresentando de uma forma clara e satisfatória a sua visão para a nossa terra (como vê a realidade do concelho e como pretende transformá-lo), a sua missão (o que propõe fazer) e os seus objetivos (o que pretende atingir) a médio e a longo prazo. Não se vislumbram, neste documento, medidas e políticas estruturantes que atuem sobre as particularidades, e os principais desafios do território, e respondam, de forma eficiente, a problemas concretos da comunidade, valorizando as suas potencialidades endógenas, e que estimulem a atividade económica, favorecendo o crescimento económico, a competitividade, o emprego e o investimento empresarial, contribuindo assim para a fixação de população.

Da análise do documento, acresce a necessidade de se criar e estimular novas formas de organização, coordenação e de cooperação entre os atores territoriais mais relevantes à escala municipal e supramunicipal, tendo como objetivo uma atuação mais integrada, eficiente e eficaz ao nível do apoio ao desenvolvimento económico e social do território, com sentido de compromisso estratégico a médio e longo prazo.

Face aos desafios estruturais colocados ao desenvolvimento da nossa comunidade no plano social e às dificuldades sentidas pelas famílias flavienses, a proposta do Executivo pauta-se pela inexistência de políticas sociais que combatam o envelhecimento demográfico, reforçando a proteção e o apoio à população idosa, na melhoria da eficiência da proteção social e, na definição de políticas integradas de incentivo à natalidade e apoio à família.

Não se pode deixar de registar que, após a audiência no âmbito do cumprimento do Estatuto da Oposição, das cerca de três dezenas de propostas políticas avançadas pelos representantes do Partido Socialista, a grande maioria delas não obteve por parte da maioria do Executivo Municipal grande interesse e acolhimento, pois apenas um número residual foi contemplado nas Opções do Plano.

É ainda de se salientar que o modelo de investimento desta Câmara Municipal, e vertido no documento em apreço, continua a basear-se quase exclusivamente num modelo de desenvolvimento infraestrutural, relegando um modelo de desenvolvimento económico e social, virado para a criação de valor no território, assente na valorização de recursos e capacidades locais, a partir das características e das necessidades endógenas, favorecendo uma maior proximidade ao tecido empresarial.

No que concerne às iniciativas e investimentos mais significativos previstos para 2017, diga-se que eles são sobretudo uma enorme incógnita, pois dependem essencialmente de candidaturas a elaborar e a apresentar ao Programa Portugal 2020, podendo ou não vir a ser aprovadas, traduzindo, por isso, uma grande incerteza quanto à sua execução e constituem uma repetição de promessas eleitorais não cumpridas pelo Executivo, desde 2001.

A proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017 é idêntica à de anos anteriores, em particular, aos anos de 2013, 2009 e 2005. Falar da proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017 é também falar de um processo de vitimização do Senhor Presidente da Câmara, eleito de 2001 a 2013 como Vice-Presidente e em 2013 como Presidente, como se a responsabilidade coubesse a outros que não a si. É falar de uma soma alargada de erros.



Resumindo, a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017, podia chamar-se “carta das intenções anunciadas e incumpridas desde 2001”, é uma proposta sem visão, sem futuro e sem a capacidade de transformação da realidade. Assim, com a ponderação cuidada que o documento merece e tendo em conta os superiores interesses dos nossos concidadãos e da nossa terra, efetuando o balanço, o Partido Socialista vota contra a proposta preliminar de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017”.

### **PONTO 10 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO-EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. Antes, porém, agradeceu a votação expressiva da proposta dos documentos previsionais que demonstra o quanto a Assembleia apoiou estes documentos.

A proposta em discussão, à semelhança dos anos anteriores, vem a esta Assembleia Municipal para aprovação da contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de um milhão de euros. Tem como objetivo poder vir a ser utilizado num momento de dificuldade de tesouraria ou para pagar alguma fatura, se necessário, e será amortizado, integralmente, até 31 de dezembro de 2017.

De referir que do empréstimo de natureza semelhante, obtido para 2016, só foram utilizados trezentos mil euros.

#### **Intervenções:**

**Fátima Liliana Fontes Correia do PS** – disse lamentar que as propostas que vem a esta Assembleia para apreciação, discussão e votação, não sejam acompanhadas dos respetivos anexos que permitam uma efetiva análise e apreciação das mesmas.

“Neste caso concreto não foram disponibilizados aos membros desta Assembleia os quadros demonstrativos das diversas propostas, das instituições bancárias, bem como o quadro comparativo das mesmas pelo que, nem com a leitura da ata da reunião de Câmara, conseguimos tomar conhecimento do valor do spread da proposta que hoje bem aqui a votação.

Por outro lado esta proposta parece-nos um contrassenso relativamente às suas palavras de ainda há pouco, quando disse que não teria dívida de curto prazo.

Nesta situação de aumento dos encargos, de que não sabemos sequer o montante, dado que não temos valores do empréstimo que se pretende contrair, não temos alternativa senão votar contra”.

*Posta à votação a proposta foi aprovada com 49 votos a favor 2 abstenções (1 CDS e 1 CDU) e 6 votos contra (PS).*

### **PONTO 11 – PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CHAVES, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES. PROPOSTA Nº112/GAP/16.**

**Para apreciação, discussão e votação.**

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que quando foi elaborado o Pacto do Alto Tâmega, foi obrigatório fazer-se o mapeamento da requalificação dos equipamentos educativos.

Os fundos comunitários, nesta vertente, são fundamentalmente para requalificar equipamentos municipais e, de uma forma secundária, equipamentos nacionais.



A Câmara Municipal entendeu que deveria requalificar as escolas já atrás enunciadas e que são:

O Jardim-de-Infância de Vidago;  
Jardim de Infância de Chaves (Cino-Chaves);  
EB1 + JI do Caneiro;  
EB1 de Santo Amaro  
EB1 + JI de Vila Verde;

Tínhamos os estudos prévios realizados com as estimativas orçamentais em função desses estudos prévios, havia dinheiro sobranter. Com esse dinheiro sobranter a Câmara Municipal entendeu que deveria ser requalificada a Escola Secundária Fernão de Magalhães. Foi uma decisão exclusiva da Câmara Municipal.

Podíamos ter escolhido outro equipamento qualquer, nomeadamente a Escola Nadir Afonso ou a Escola de Vidago que ainda tem cobertura em fibrocimento. É uma decisão política da Câmara Municipal e do seu Presidente, requalificar a Escola Fernão de Magalhães com tudo o que isso significa.

Significa para nós dar mais qualidade àquele estabelecimento de ensino porque entendemos que o seu papel é muito importante quer para a cidade, quer para o nosso concelho. Não pelos resultados dos rankings mas porque a continuidade da Escola Fernão de Magalhães, é muito importante para continuar a dar vida ao Centro Histórico da cidade. Daí termos selecionado este estabelecimento de ensino para ser requalificado.

O que ficou no mapeamento é que escola, como é natural, é da responsabilidade do Ministério da Educação, na medida em que o equipamento é do Ministério e não da Autarquia.

Alguém poderá dizer que isso é uma tentativa de hostilizar o governo porque outras câmaras assumiram, desde logo, pagar a requalificação das escolas. Se assim fosse essa hostilidade seria em relação ao governo PSD/CDS porque essa decisão foi tomada em abril de 2015 e fui eu que fui representar o Alto Tâmega e assinei o Pacto da CIMAT em Guimarães na presença do Ministro Poiares Maduro, onde estiveram várias das comunidades intermunicipais.

Em 2015 esta escola entrou no mapeamento porque a Câmara Municipal de Chaves assim o quis e colocou-a na esfera do governo, como é natural.

Entretanto o atual governo entendeu que a sua rede de escolas só seria requalificada, desde que os municípios estivessem disponíveis para partilhar 50% do investimento público nacional. Significa que dos 15% que não são comparticipados ou a Câmara Municipal entrava com 7.5%, ou então não havia requalificação da escola. Naturalmente que perante uma situação desta natureza não seria por isso que deixaríamos de requalificar a Escola Fernão de Magalhães; 7.5% representam quarenta e dois mil euros.

O que me parece, à partida, é que é um mau princípio. Imaginem que outros Ministérios fazem o mesmo. Que o Ministério da Saúde exige que a Autarquia suporte 50% da requalificação do Bloco Operatório do Hospital de Chaves que custa mais de um milhão de euros; que o Ministério da Defesa exija metade do pagamento das despesas com o Quartel em Chaves, etc. isso não faz qualquer sentido. Dá a ideia que as câmaras municipais têm mais capacidade financeira de investimento do que tem o estado, quando é, rigorosamente o contrário.

Repito que não seria por causa de quarenta e dois mil euros que a Autarquia deixava de requalificar esta escola, daí este Acordo de Protocolo, para o qual peço a vossa aprovação, e em 2017 assumiremos o projeto e a condução da obra.

### **Intervenções:**

**Anselmo José Martins do PS** – disse que o Grupo Municipal se congratula com este acordo de cooperação, apesar de sentir que houve alguma hesitação por parte do Senhor Presidente da Câmara.



Vamos votar este acordo de cooperação por variadíssimas razões, entre elas porque é um investimento de cerca de meio milhão de euros que vem para o concelho, porque é para renovar uma escola que é icónica na cidade e no concelho e, particularmente, porque é o atingir de um objetivo do Senhor Diretor do Agrupamento. Terminou desejando um Natal cheio de paz, alegria, saúde e que o Novo Ano não nos traga nem demónios nem bruxas, mas sim anjos e fadas.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu ao Senhor deputado Anselmo dizendo que não houve nenhuma hesitação.

Eu referenciei as datas para que se perceba bem que não houve nenhuma hesitação. Quando foi feito o mapeamento, e como é normal, tratando-se de um equipamento do estado, foi ele que ficou responsável pela obra.

Em reunião com a Senhora Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Educação, em Lisboa, foi-lhe dito exatamente isso; que a obra é da responsabilidade do Ministério da Educação. A Senhora Secretário de Estado foi ver o mapa e confirmou que a obra é, efetivamente, da responsabilidade da administração central.

Quando a decisão foi tomada não foi para hostilizar o atual governo mas ao ser afirmado que se não fosse desta forma, a obra não seria feita, disponibilizei-me para assumir essa responsabilidade. Não fui a Gaia assinar o Acordo porque não o conhecia, uma vez que não me foi enviado previamente, o que não é normal, e porque não tinha sido aprovado nem na Câmara nem na Assembleia Municipal. Só a partir dessa aprovação é que eu estou legitimado para o assinar.

Sem hesitação nenhuma, vem muito a tempo, e a obra será feita. É pena ser pouco porque, para fazer uma boa requalificação, a escola precisava de três milhões de euros. Mas é melhor quinhentos mil do que nada e se forem quinhentos mil por ano, talvez cheguemos aos três milhões de investimentos que a escola precisa.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

### **PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA – ANO 2017. PROPOSTA Nº 113/GAP/16. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que há semelhança de anos anteriores é recorrente este assunto vir à Assembleia Municipal. É apresentado um Contrato-Programa entre a Câmara Municipal e a EHATB para a realização de um conjunto de eventos que visam promover, economicamente e culturalmente, o nosso concelho.

A opção podia ser outra mas o nosso objetivo é que o Contrato-Programa sirva para fazer eventos de promoção, na medida em que o objeto social da Empresa é de desenvolvimento regional e local e entendemos que este conjunto de feiras, de eventos culturais, ajudam a promover economicamente e socialmente o nosso território.

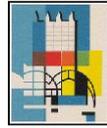
#### **Intervenções:**

**António Manuel Pires Almeida do PS** – cumprimentou os presentes e disse que há muitos anos fez parte de um executivo, que foi acusado por gastar recursos financeiros em festas, em ações imateriais, desmesuradamente.

Passados vários anos verifico que os executivos que nos substituíram usaram os mesmos métodos.

A EHATB foi constituída para a exploração da Mini-hídrica do Rio Alvalá e foi avançando para outras atividades sempre na área da energia.

Veio em tempos, a esta Assembleia Municipal a tentativa de venda deste importante ativo, do nosso município, que não foi concretizada e verificamos que está em cima da mesa uma parte dos lucros gerados pela Empresa, no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros, que são afetados ao orçamento municipal para fazer festas e



feiras. Eu não tenho nada contra as feiras e penso que a promoção dos nossos produtos é muito importante. Entendo que deveria ser na área da energia que as mais-valias deviam ser aplicadas, como foram sempre.

Desde que a EHATB começou a gerar lucros foi entendimento dos autarcas de então, reinvestir estas mais-valias na execução do seu objetivo principal e foi previsto fazer uma central de biomassa e outras aplicações na área das energias eólicas e eu estou aqui, não para falar no passado, mas sim no futuro e o futuro passará, naturalmente, pela energia.

Como todos sabemos está em cima da mesa a exploração do lítio que é o petróleo do futuro e é necessário olhar para este recurso com muitíssimo cuidado.

Lembro a esta Assembleia que Portugal é o sexto país no mundo com maiores reservas de lítio e o primeiro na europa. Deveria haver algum cuidado e incluir nos Planos Estratégicos da EHATB a exploração deste recurso.

Fala-se no gigante americano “TESLA” e refere-se como objetivo número um, a sua instalação em países que possuam este mineral.

No nosso país existem regiões que tem muitos recursos nesta área e a zona de Vidago é mencionada em todos os estudos. Sugeriria que fosse levado em conta este assunto e em vez de andar a fazer a promoção, que é importante, mas não é o objetivo da EHATB.

Deixo este alerta e o pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que em futuros fóruns desta problemática, defenda esta situação e tenha em atenção que o lítio vai ser o petróleo do futuro.

**Nuno Vaz Ribeiro do PS** – disse que a decisão tomada sobre esta questão é discricionária e que compete a cada município fazê-lo.

Porque um Contrato-Programa está sujeito a alguns critérios, pergunto se tem havido alguma avaliação do que são os impactos, a nível da economia local, decorrentes das ações constantes da proposta em análise.

Quando li o Contrato-Programa fiquei com a ideia que havia alguns critérios mensuráveis, no sentido de perceber e de medir o tipo de impacto que estas ações têm na economia local e pergunto se vai ser feita essa avaliação, do que é a tradução em termos de economia local, de todas estas atividades de promoção.

**Manuel Guerra Afonso do MAI** – disse que em sua opinião se devia divulgar um pouco mais da EHATB.

“O que é a EHATB, para que serve, qual o balanço final? Temos de saber o que somos, a quem pertencemos, como está a caminhada, como está a situação, se é de continuar.

Independentemente da cor partidária, a nossa população merecia que se fizesse um Fórum sobre o que é a EHATB. E não tem de ser o Senhor Presidente da Câmara. Estou a lançar o repto.

Estamos aqui para votar uma situação mas entendo que havia necessidade de esclarecer a população do concelho porque uma parte significativa não sabe o que é nem para que serve, nem o que andamos a fazer. E a minha simples opinião”.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, dizendo conhecer bem a história da EHATB porque assistiu a todos os passos do nascimento da empresa.

A Câmara Municipal de Ribeira de Pena, através do seu então Presidente, João Pereira, propôs à Associação de Municípios do Alto Tâmega, que se reativasse um projeto dos anos vinte, do século passado, para aproveitamento de uma mini hídrica situada no rio Alva. A Associação de Municípios concordou com a proposta e, nessa altura, apresentou uma candidatura ao Programa Comunitário VALOREN, para criação do Empreendimento em que Ribeira de Pena detém 55% das ações e cada um dos cinco municípios restantes ficou com 9%.



A receita entrava toda na Câmara Municipal de Ribeira de Pena e esta fazia a distribuição pelas restantes câmaras associadas, em função da percentagem que cabia a cada um.

Entretanto havia uma concessão para uma empresa privada construir o aproveitamento hidrelétrico de Bragadas, no Rio Beça. O Presidente da Câmara de Ribeira de Pena conseguiu passar essa concessão para outra empresa já constituída, a EHATB, ficando, nessa altura, o seu capital distribuído em partes iguais, pelos seis municípios do Alto Tâmega; (1/6 para cada um). Desta forma o empreendimento hidroelétrico de Bragadas foi concretizado. A partir daí foram construídos outros empreendimentos, nomeadamente duas mini hídricas no Rio Rabaçal, que a empresa vendeu a terceiros e instalaram-se torres eólicas.

Foi a primeira Sociedade Anónima, detida com 100% de capitais públicos municipais, porque não havia grande enquadramento legal para este tipo de empreendimentos. Posteriormente foi publicada legislação que lhe retirou a qualidade de Sociedade Anónima e foi obrigada a transformar-se numa empresa intermunicipal. É uma empresa pública intermunicipal, detida em partes iguais pelos seis municípios do Alto Tâmega. Quando a legislação obrigou essa alteração o objeto da empresa deixou de ser de produção de energia elétrica e passou a ser de desenvolvimento regional e local e é neste contexto que a Empresa de Empreendimentos do Alto Tâmega e Barroso – EHATB - se desenvolve.

Já propus aos meus colegas Presidentes de Câmara a mudança do nome para “Empreendimentos do Alto Tâmega e Barroso”, mas não aceitaram. Saía a designação hidroelétricos porque a componente eólica não é hidroelétrica e outras áreas de negócio, que lhe venham a ser associadas, também não são. Nessa estratégia podia ser anexado, por exemplo, o Matadouro de Montalegre e ficaria com um equipamento ao serviço da agricultura da Região e como esta podiam ser estudadas outras hipóteses de investimento anexadas à empresa se houvesse vontade de todos. Persiste o princípio de que as propostas têm de ser aprovadas por unanimidade dos municípios associados. Basta que um não esteja de acordo e já não é possível diversificar os investimentos.

O seu objeto principal é a produção de energia elétrica, quer seja na modalidade hídrica ou eólica e gera receitas significativas. É com base nessas receitas que os municípios celebram contratos programa semelhantes a este, que estamos a apreciar e ao que vem a seguir, para a promoção do desenvolvimento local.

A avaliação dos impactos, a nível da economia local, é feita anualmente. É evidente que a realização de uma feira ou de um evento como é a Festa dos Povos não se consegue medir no ano seguinte, mas sim a muita distância, no tempo.

Se a realização da feira de inverno “Sabores de Chaves/Feira do Fumeiro”, tem sucesso, ou não, poderá ser avaliado pelo número de cozinhas tradicionais que tem vindo a ser licenciadas. Na primeira edição não havia nenhuma cozinha licenciada a funcionar e hoje existem várias que participam na feira e, segundo sabemos, os seus gestores estão satisfeitos com os resultados.

A avaliação é feita pelos técnicos da Câmara devidamente acompanhados pela Empresa EHATB.

Quando são criadas políticas culturais, o seu sucesso não se mede no ano do evento. Montalegre, por exemplo, realiza as “sextas-feiras treze” com um Contrato-Programa semelhante a este e hoje, todas as pessoas dizem que é um evento de sucesso.

A questão que o Senhor deputado António Almeida colocou sobre o lítio, creio que não tem nada a ver com o assunto em discussão. É evidente que a EHATB poderia explorar lítio mas é preciso ter know haw para o efeito. Não se vai começar a explorar lítio sem ter conhecimento da matéria. Sabemos que já empresas multinacionais licenciadas para explorar este mineral no território do Alto Tâmega.



*Posta à votação a proposta foi aprovada com 60 votos a favor 2 abstenções (da CDU) e zero votos contra.*

**PONTO 13 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENHA, VALPAÇOS, VILA POUCA DE AGUIAR E A EHATB-EMPREENDEMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM SA – ANO 2017. PROPOSTA N.º 115/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

O Senhor Presidente da Câmara disse que este é um assunto de natureza muito semelhante ao anterior, com diferença que aqui não é a Câmara Municipal de Chaves que faz o Contrato-Programa com a EHATB, mas sim o conjunto das seis Câmaras do Alto Tâmega. Isso acontece porque este Contrato-Programa está mais virado para a promoção internacional da nossa região; participar em feiras internacionais como aconteceu no ano passado com Chaves a participar na feira da castanha no Município francês de Neuill-sur-Seine.

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada com 60 votos a favor 1 abstenção (da CDU) e zero votos contra.*

O Senhor Presidente da Mesa pediu autorização à Assembleia para continuação dos trabalhos em virtude de o tempo regulamentar ter esgotado.  
*A Assembleia aceitou por unanimidade.*

**PONTO 14 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2016/2017. INFORMAÇÃO Nº170/SE Nº72/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que é um assunto recorrente nesta Assembleia.

Como sabemos é competências das Juntas de Freguesia assumir a responsabilidade com as despesas de expediente e limpeza das escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância. Considero que essa obrigatoriedade não faz sentido porque a maioria destas escolas não têm apenas alunos da freguesia onde se inserem. Tem alunos de outras freguesias.

Daí a Câmara Municipal fazer este Protocolo as freguesias onde funcionam essas escolas de forma a poder transferir-lhes as verbas necessárias para essas despesas.

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

**PONTO 15 – PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA N.º 102/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

O Senhor Presidente da Câmara disse que a ordem de trabalhos é extensa porque os assuntos são da competência da Assembleia Municipal.

A proposta em discussão é para revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Conexos. É também a revisão da infraestrutura orgânica e vem a este Órgão nos termos da legislação em vigor.

**Intervenções:**

**Carlos Afonso de Moura Teixeira do PS** – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o Plano é positivo e é útil, tendo em conta as notícias que nos chegam diariamente, do país e do mundo.



Há aqui questões, nomeadamente a contratação pública, a gestão urbanística, a concessão de benefícios e os recursos humanos e eu gostaria de focar duas áreas. Tenho para mim que este Plano é curto relativamente à concessão de benefícios e às entidades que os recebem, nomeadamente na prestação de contas por parte dessas entidades, à Câmara Municipal.

No passado fui dirigente de uma Associação Cultural da minha freguesia e uma das medidas que tomei foi aprovar o estatuto de utilidade pública, também para ter as contas devidamente sancionadas pelo Órgão de tutela. Era importante que as entidades públicas associadas, culturais, IPSS e outras que recebem dinheiro do Município, apresentem o balanço e a demonstração de resultados, ou pelo menos o relatório de contas devidamente aprovado e neste documento não está claramente reforçada essa ideia.

É um contributo que aqui deixo porque acredito que estas questões devem ser tratadas para evitar que depois surjam determinado tipo de atuações que nos surpreendam e nos envergonhem a todos.

Outra situação que entendo que deveria ser mais clarificada é a parte que diz respeito aos mecanismos de controlo dos riscos e propostas de melhoria, quer relativamente à acumulação de funções privadas, por parte dos técnicos e dirigentes. É muito complicado quando técnicos assinam projetos para outras autarquias, por algum possível clientelismo que isso possa provocar. Neste documento não há nenhuma medida de controlo sobre a verificação se isso acontece no nosso Município. Era bom que ficasse refletido esse controlo. Teríamos uma maior participação cívica.

Na ordem dos engenheiros tivemos eleições em abril e este foi um tema bastante debatido.

Verifico que a lista dos colaboradores do município, que prestam serviços autorizados pelo Senhor Presidente, data de 2012/2013. Seria útil fazer a sua atualização caso haja alterações.

Na organização a que eu pertenço e à qual dedico grande parte da minha vida, somos por vezes, surpreendidos com situações desagradáveis e ao mais alto nível.

Este Plano vem à Assembleia Municipal precisamente para nos dar nota do controle que é feito na organização.

Terminou desejando um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.*

### **PONTO 16 - CONTRATO DE CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO. - PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO ANEXO I. PROPOSTA N.º 110/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Como sabem a EDP tem a concessão nacional de distribuição de energia elétrica e a gestão das redes. Os contratos de fornecimento podem ser feitos com qualquer fornecedor credenciado.

A EDP estabeleceu um acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para que, a partir desta data, passe a aplicar só luminárias LED, por uma questão de economia e de eficiência energética.

Este acordo é um acordo de princípio com a ANMP e só é válido depois de aprovado pelos respetivos órgãos municipais, de cada município. Nem todos os municípios estão a assinar esta adenda ao contrato de concessão, porque estão a fazer a eficiência energética na iluminação pública com outras empresas privadas.

A Câmara de Chaves entendeu assinar esta adenda com a EDP que já este ano substituiu um conjunto de luminárias, nalgumas localidades, e no próximo ano vai reforçar esse serviço no concelho. A Autarquia tem vindo a fazer a eficiência



energética e neste quadro comunitário temos mais um milhão de euros para continuar a fazê-la.

Em 2021 a concessão com a EDP termina e nessa altura terá de ser preparado um concurso público internacional, isoladamente, ou através da CIM, para um novo concessionário que explore a rede e faça a distribuição da energia.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

### **PONTO 17 – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE FUNDADOR COM A FUNDAÇÃO DE SERRALVES. PROPOSTA Nº114/GAP/16. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo:

Como sabem o modelo de gestão acordado aquando da construção do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso não era o que agora temos. O modelo que tinha sido acordado era que a Fundação faria a gestão do Museu. Entretanto a Fundação Nadir Afonso mudou de ideias e hoje temos este excelente equipamento que precisamos de gerir bem.

Dentro do corpo técnico e administrativo da Câmara Municipal não há grande conhecimento/competência sobre a gestão de equipamentos desta natureza pelo que entendemos associar-nos à Fundação de Serralves para que esta entidade nos possa ajudar a promover e a fazer uma boa gestão do Museu. Entendemos que é uma parceria útil.

De referir que no ano de 2016 houve um vasto conjunto de municípios que pediram a adesão de Fundador, à Fundação de Serralves, num total de quinze, nomeadamente o de Guimarães.

Cada município pagará uma participação de cem mil euros, dividida por quatro anos, a vinte e cinco mil euros por ano.

A Fundação de Serralves garante uma exposição anual no Museu Nadir Afonso e acordo para outras exposições.

Como anteriormente disse, o Museu Nadir Afonso não será exclusivo para expor obras do Mestre. Haverá uma sala específica para esse fim, mas as outras devem ter exposições temporárias de outros artistas plásticos.

Serralves é hoje um nome muito forte na arte contemporânea, a nível internacional. Há muita gente que vem à cidade do Porto para visitar Serralves e é meu entendimento que esta parceria irá trazer uma mais-valia ao nosso Museu. Vai ajudar-nos a organizar o nosso serviço educativo, a fazer a promoção e programação e tudo que um museu da dimensão do nosso exige.

Terminou pedindo a aprovação da proposta para assinatura do Protocolo de Fundador.

#### **Intervenções:**

**António José dos Santos** do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, inaugurado a oito de julho de dois mil e dezasseis, é um edifício da autoria do arquiteto Sisa Vieira, concebido para acolher exposições da obra do Mestre Nadir Afonso.

“Da experiência recolhida noutros contextos, o Município de Chaves lançou mãos à obra e encetou contactos nomeadamente com a Fundação de Serralves que nasceu oficialmente em 1989, e se estabeleceu como instituição privada de utilidade pública, e desde aí assinalou o início de uma parceria inovadora entre o estado e a sociedade civil. Serralves pretende continuar a ser um Pólo de referência e um centro de conhecimento, tanto em Portugal como no mundo, nos domínios da arte contemporânea, arquitetura, paisagem e temas críticos para a sociedade e seu futuro, promovendo a diversidade da oferta cultural.

Reconhecida hoje, como uma das principais instituições culturais portuguesas e a mais relevante do norte de Portugal, a Fundação de Serralves tem desenvolvido um



conjunto de ações no sentido de projetar nacional e internacionalmente, a arte dos nossos dias e divulgar o seu notável património arquitetónico e paisagístico.

A Fundação de Serralves estimula o interesse e o conhecimento público de diferentes originalidades pela arte contemporânea, pela arquitetura, pela paisagem e por temas críticos para a sociedade e o seu futuro. Multidisciplinar a Fundação de Serralves é hoje considerada um dos mais bem-sucedidos e consolidados projetos culturais do país e auferir de uma singular projeção e reconhecimento internacionais.

No passado dia seis de dezembro, em reunião do Conselho de Fundadores de Serralves que anualmente reúne dezenas de representantes de instituições fundadoras, foi palco da assinatura de Protocolos de novo Fundador, com vinte e três entidades. Entre os novos Fundadores de Serralves estão oito empresas, catorze câmaras municipais, de norte a sul do país e um Fundador a título individual. Estes números são reveladores do intenso trabalho de crescimento e de descentralização da cultura, protagonizado por Serralves ao longo do ano de 2016, cuja face mais visível são as inúmeras exposições da coleção de Serralves, realizadas em autarquias por todo o país.

No desenvolvimento das suas atividades com a comunidade, a Fundação de Serralves tem vindo a aprofundar novas formas de colaboração com autarquias de todo o país, estabelecendo bem-sucedidas parcerias que tem permitido o alargamento da rede de acesso e a aproximação das populações locais, à arte e à cultura.

Com este Protocolo pretende-se que entre a Câmara Municipal de Chaves e a Fundação de Serralves, haja uma aproximação do dar e do receber, nomeadamente à cultura. Refiro nomeadamente algumas das câmaras que também estabeleceram protocolos, nesta altura, nomeadamente a de Vila Real, Guimarães, Felgueiras, Faro, Coimbra, Beja e outras. É um conjunto de câmaras municipais que se associam como novos Fundadores e que no fundo é um contributo, inestimável, para que as populações destes concelhos venham a beneficiar de tudo aquilo que é Serralves, e que a sua própria cultura local, possa também sair do espaço de onde se enquadra e se possa projetar a nível nacional e internacional”.

**Tiago José da Mata M. Caldas do PS** – cumprimentou os presentes e disse:

“Com esta proposta de Protocolo de Fundador com o Museu Nadir Afonso e a Câmara Municipal, estamos colocados hoje aqui, perante a assunção plena, por parte do Executivo Municipal, de que a ideia de construir um Museu arquitetado por Sisa Vieira, adicionando somente a obra de Nadir Afonso, não é por si só suficiente para atrair dinamismo e atratividade suficientes para a obra executada.

Em 29 de abril de 2015 o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, afirmou, neste Fórum, numa resposta ao deputado Manuel Cunha, que tinha estado a negociar com a Fundação de Serralves, a hipótese de estabelecer uma parceria no sentido de que exposições de Serralves viessem a Chaves. Disse então: “essa parceria custava-nos cem mil euros de entrada e quinze mil euros por ano, pelo que entendemos que não nos serve e temos de percorrer estratégias diferentes porque, com esse dinheiro, conseguimos trazer obras de outros museus”.

Afinal o que mudou? Que outras estratégias foram exploradas e não tiveram sucesso?

É verdade que o município se fez representar no dia seis de dezembro de dois mil e dezasseis na reunião do Conselho de Fundadores, da Fundação de Serralves e assinou, nesse dia, o Protocolo Fundador, tal como noticiado no seu site, próprio? Se é verdade, perante os documentos que estamos a discutir, esta matéria só foi levada à reunião do Executivo Municipal no dia nove de dezembro, após a assinatura desse Protocolo.

Também gostaríamos de perceber qual é o enquadramento deste Protocolo, isto é: se está englobado numa estratégia global.



O Senhor Presidente da Câmara na anterior Assembleia onde se discutiu esta matéria tinha falado num Curador. Pergunto qual o papel do Curador do Museu Nadir Afonso no contexto do Protocolo, no contexto geral e na estratégia geral do Museu.

Decorridos cinco meses após a sua abertura já será possível estimar quanto custa à Câmara Municipal, por ano, o funcionamento e manutenção do espaço, em termos de climatização, de iluminação, de pessoal, incluindo encargos com direção técnica e de projeto?

Após a abertura deste investimento que custou entre onze e treze milhões de euros, já é possível conhecer o plano de negócios do Museu? Em especial o estudo económico-financeiro?

O Museu Nadir Afonso, por erros dos últimos dois executivos foi um processo criado com muitos riscos, com muitos custos, com grandes dificuldades, grandes dúvidas sobre a sua sustentabilidade, em termos financeiros, mas também quanto ao impacto que tem no desenvolvimento local do nosso território e nós continuaremos atentos a esta situação, para que novos erros não sejam cometidos”.

**Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves do PS** – disse que gostaria de ver especificadas e pormenorizadas algumas questões sobre esta proposta.

A proposta refere a parceria extensível a outros possíveis equipamentos municipais, além do MACNA e gostaríamos de saber quais são.

Quanto às obrigações o texto refere sempre que Serralves poderá colaborar com a Câmara Municipal de Chaves em algumas iniciativas, apresentando sugestões das mesmas. Não obstante, parece-nos que a escolha verbal «poderá» indicia, não um dever, não uma obrigação, mas algo, absolutamente discricionário e do domínio do querer e da boa vontade. Não será um excesso de confiança na Fundação de Serralves?

Saltou-nos também à vista não haver da parte da Formação, qualquer menção nas áreas da conservação e da documentação, pelo que se nos suscita a questão se estará o MACNA já dotado de profissionais habilitados nestas áreas tão importantes da museologia, a quem incumbe a conservação da coleção já existente no Museu.

O documento também não nos dá a conhecer quais as temáticas culturais da parceria.

Na reunião de câmara o Senhor Presidente referiu-se às áreas artísticas. Disse que para além da pintura, seriam a escultura e a fotografia, que são áreas artísticas e o documento nada nos diz quanto às temáticas culturais.

A Lei-quadro dos museus portugueses refere-se à obrigatoriedade legal da existência do Programa Museológico. Nós continuamos sem o conhecer. Não obstante, mais que não seja porque resulta de Lei, estamos certos que já existe o Programa Museológico do Museu e o Senhor Presidente poderá informar-nos sobre isso.

Em consonância com aquilo já questionado, perguntamos se o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso e o Executivo pensam, com esta entidade, ou com outra semelhante, fazer um protocolo que complemente este, designadamente para as áreas da formação, da conservação, da constituição de documentos estratégicos, que vão desde o Plano ao próprio Programa Museológico.

Também nos suscita alguma dúvida este prazo de seis meses. Sabemos que o Senhor Presidente já assumiu o Protocolo e pela pesquisa feita, percebemos que o texto é chapa cinco; é igual para todos os municípios que assinaram e aos quais se dá o nome de Fundadores. Esta expressão Fundadores é um aporuguesamento da palavra em inglês e estamos a referir-nos a fundos. “É a malta que põe lá o guitinho, isto traduzido numa linguagem o mais corriqueira possível”.

Não nos deixemos enganar por isto de Conselho de Fundadores; é o pessoal que põe lá a nota e é isto que Serralves pretende e nós devemos pretender mais do que por lá o dinheiro.



Nesta sequência, pergunto se o prazo de seis meses, por um lado não desonera em demasia o município e, num contraponto, se não prende por demasiado tempo o equipamento. Pergunto isto na qualidade de mera consumidora e totalmente leiga porque a percepção que tenho é que as exposições não permanentes não costumam ir além de dois, três meses. Face ao que é habitual, este prazo de seis meses parece-me muito dilatado.

Por fim e assumindo que poderá ser fruto de alguma desconfiança minha, a sensação com que fico, ao fim destes meses de funcionamento do Museu, e deste documento agora apresentado, é que o nosso município continua algo perdido em relação a este nosso elefante e sem saber o que lhe dar de comer.

Também na sequência do que acabei de dizer, pergunto se estarão na calha mais parcerias, designadamente com instituições da vizinha Galiza, a meu ver, de todo o interesse e proveitosas.

Terminou a sua intervenção desejando Boas festas para todos.

**Anselmo José Martins do PS** – disse que vai votar favoravelmente a proposta mas que continua sem compreender como se faz um investimento, na ordem de dez milhões de euros, em termos globais, sem qualquer segurança.

Desses dez milhões provavelmente cinco milhões foram a fundo perdido e o restante com recursos do Município, com base num acordo sem segurança nenhuma. A Câmara Municipal de então poderia ter celebrado um acordo com uma instituição que realmente tinha recursos financeiros, porque tem património, tem obras que valem dinheiro, e o Protocolo foi feito, individualmente, com o cidadão Nadir Afonso. O cidadão Nadir Afonso morreu e não deixou recursos que o obriguem a cumprir o Protocolo que assinou, ou pelo menos indemnizar a Câmara por uma decisão unilateral do Protocolo.

É óbvio que a Autarquia ficou com o “bebé” nas mãos e agora tem de lhe dar uma solução. Não lhe pode dar a solução que alguém jocosamente lhe sugeriu, mas tem de resolver de acordo com a sua função que é de caráter cultural.

O que eu peço ao Senhor Presidente da Câmara é que com a celebração deste Protocolo não crie muitos mais encargos ao Município e que a Fundação de Serralves promova, efetivamente, atividades culturais naquele espaço e atraia, realmente, o número de pessoas que desejamos para visitar o espaço e animar a restauração do Concelho de Chaves.

**Manuel Justino Matos Cunha da CDU** – disse recordar que quando o Senhor Presidente da Câmara reconheceu que a Fundação Nadir Afonso se recusava a gerir o Museu, ficou nítido que não tinha projeto alternativo.

Qualquer pintor, com a dimensão do Mestre Nadir Afonso, acha sempre que a sua obra é suficiente para mover todo o mundo. Não sei se a realidade é essa. Mas também não vamos agora afirmar que foi um erro estratégico tudo o que foi feito.

Penso que que o que define os municípios é o génio para modificar as coisas que já são de facto. Temos aqui um Museu, que é uma obra magnífica, que tem de ter uma utilização e uma dinamização e que não tem. Há aqui um hiato de tempo de quase dois anos, entre o momento em que se percebeu que a Fundação não ia assumir e o presente, e não há uma ideia de fundo, com densidade, para o Museu de Arte Contemporânea. Eu não quero que essa ideia de fundo seja delegar na Fundação de Serralves.

Claro que é positivo que a Fundação de Serralves colabore connosco. É ótimo que traga exposições de outros pintores, mas a Câmara Municipal e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, têm de ter um projeto para aproveitar uma obra fenomenal como esta.

Penso o mesmo em relação ao Museu das Termas Romanas. Ao contrário daquilo que tem sido dito nesta Assembleia, eu tenho dúvidas, que o principal problema daquela obra seja a questão do vapor. É no projeto de fundo que está a questão



essencial e essa questão tem de estar muito para além da cidade de Chaves e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem de ser uma questão a resolver pelas universidades internacionais; é uma obra de uma riqueza tal que tem de ter uma profundidade muito maior do que aquela que tem.

A densidade cultural não se pactua com as Festas Romanas da cidade, porque não é a mesma ideia e não é o mesmo projeto e Chaves não pode querer estar no mapa avançando em dez pistas ao mesmo tempo, com projetos que são quase contraditórios entre si.

Nós vamos votar favoravelmente o Protocolo com Serralves, mas é preciso muito mais do que Serralves; é preciso começar a pensar se é obrigatório e necessário que a sala principal do Museu de Arte Contemporânea esteja ocupada com obras do Nadir Afonso. Não temos de ter tabus.

Se Fundação Nadir Afonso queria honrar o pintor Nadir Afonso, não se teria comportado como se comportou. Temos de defender o Mestre Nadir, porque todos o admiramos, como obstetra da arte, como teórico, como arquiteto e como pintor, mas não estamos amarrados a ter que gerir uma estrutura e dizer que é inevitável e inquestionável que a sala principal fique “com”. O que fica “com”, é o nome. É a homenagem da cidade, é a homenagem do Sisa Vieira, ao Mestre Nadir. MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO. Ficará sempre uma exposição importante da sua obra mas se lhe queremos imprimir dinâmica, temos de ter uma visão muito mais profunda.

Os recursos existem e há muita gente desta terra que tem formação nessa área e que pode ajudar. Eu não sei se os custos com a Fundação de Serralves, não serão exagerados, mas a verdade é que toda a gente reconhece o mérito, a capacidade e a dinâmica da Fundação de Serralves.

Não sei se este compromisso é para sempre. Pode não ser e pode correr muito bem e termos aqui um polo muito importante e não temos que ter medo dele. Temos é que ir muito para além dele quer no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, quer no Museu das Termas Romanas e não o reduzir a uma questão de humidades.

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, começando por dar os números exatos da construção do edifício da Fundação Nadir Afonso.

- Valor da empreitada – 5. 057.663,35€;

- Contrato adicional – 165.423,75€;

Valor da empreitada do acesso ao Parque de Estacionamento e respetivo Parque de Estacionamento – 660.947,52€;

- Contrato adicional de erros e omissões do acesso ao Parque e Parque de Estacionamento – 17.273,23€;

Outros contratos:

- Vedação do logradouro do Museu – 90.095,74€;

- Reabilitação do muro na Canelha das Longras – 4.285,05€;

Este é efetivamente o valor real das empreitadas.

O valor que está na Placa é o da candidatura, e foi feito por um valor superior.

A materialização é o somatório da construção do edifício em 5. 057.663,35€, mais 165.423,75€ do contrato adicional. Estas obras obtiveram comparticipação de Fundos Comunitários.

O Parque de Estacionamento em 660.947,52€ e o Estacionamento em 17.273,23€, também obtiveram comparticipação.

A vedação do logradouro e a reabilitação dos muros não tiveram comparticipação.

A aquisição dos terrenos não está incluída nestes números e só vamos ter um valor real quando o processo de expropriações estiver concluído. Mas devo dizer que os processos das últimas expropriações estão a correr bem desde que obtivemos o parecer jurídico do Dr. Licínio Lopes.



Já referi por várias vezes nesta Assembleia que se não fosse para fazer esta obra não tínhamos acesso ao Programa POVT - Programa Operacional Temático da Valorização do Território porque a obra candidatada tinha, impreterivelmente, de ser classificada de interesse nacional. No Alto Tâmega só Chaves é que teve obra comparticipada por este Programa.

Na altura da candidatura foi entendimento do Senhor Ministro da Cultura que a obra é de interesse nacional, razão porque foi financiada. Se assim não fosse este dinheiro nunca vinha para Chaves.

Concordo com o Senhor deputado Manuel Cunha quando diz que temos de ir muito mais além de Serralves.

Não me custa nada admitir que não estávamos preparados para assumir a gestão da Fundação porque é verdade e quando a situação nos foi colocada, ficamos preocupados.

Como não podemos admitir pessoal estamos a trabalhar com recurso ao pessoal da Autarquia mas acredito que na devida altura, para além desta parceria com Serralves, teremos outros recursos importantes. Serralves vai dar-nos assessorias e traz uma exposição por ano.

O Senhor deputado Tiago Caldas falou em quinze mil euros por ano. Não é assim. A Câmara Municipal entra com cem mil euros, a chamada quota de Fundador, pagos em quatro anos e, a partir daí, não paga mais nada. Esta foi a mudança que a nova Presidente da Fundação de Serralves – Dra. Ana Pinho – introduziu em relação à proposta anterior.

Ainda não existe um Programa Museológico e ainda não temos a pessoa de referência que possamos indicar. O Museu está a ser gerido pelo Chefe de Divisão do Desenvolvimento Social e Cultural com o apoio da equipa. Estamos a trabalhar nesse sentido e no devido tempo abriremos concurso para admitir uma pessoa que tenha a habilitação adequada e com conhecimentos que lhe permitam fazer a gestão do Museu.

Apesar de tudo isso está a funcionar e vamos encerrar o ano com cerca de nove mil visitantes, o que me parece bom, sendo este o primeiro meio ano em funcionamento. O nosso desejo é fazer o melhor e que o nosso Museu cumpra a função de ser uma referência nacional e internacional. Queremos estabelecer parcerias com outros Museus de Arte Contemporânea da Península Ibérica e da Europa para que possamos fazer troca de exposições, levando as obras de Nadir Afonso a outras cidades e trazer outros artistas plásticos a Chaves.

Esta relação com Serralves é muito importante e parece que não é importante só para Chaves tendo em conta o número de municípios que aderiram como Fundadores à Fundação de Serralves. Queremos potenciar esta assessoria na formação dos nossos técnicos e, quando houver oportunidade, a Câmara não deixará de abrir um concurso público para contratar uma pessoa qualificada que faça a gestão do Museu.

Cada exposição terá um Curador diferente e isso será uma mais-valia para o Museu porque serão pessoas com conhecimentos e atitudes diferentes, que ajudarão a promover o Museu.

A Senhora deputada Brigitte disse que seis meses lhe parece tempo excessivo para uma exposição. Eu concordo com a Senhora mas a verdade é que quanto mais mudarmos de exposição, mais caro nos fica. Temos quatro salas disponíveis. Se em três delas fizermos duas exposições por ano, são seis artistas diferentes durante um ano que, para quem está a dar os primeiros passos, parece-me razoável.

**Tiago José da Mata M. Caldas do PS** – usou de novo a palavra para perguntar se é verdade, ou não, que o Município assinou o Protocolo com a Fundação, no dia seis de dezembro?



**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o Município assinou com Serralves um princípio de acordo, uma carta de compromisso, que só é válida depois de sancionada pelos Órgãos Municipais – Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Caso não seja validade pelos Órgãos Municipais, não tem qualquer efeito.

Foi feito desta forma porque o Conselho de Fundadores de Serralves só reúne uma vez por ano e a reunião deste ano estava marcado para o dia seis de dezembro. Se não tomássemos a decisão de aderir teríamos de esperar para o próximo ano.

*Posta à votação a proposta foi aprovada com 49 votos a favor 7 abstenções (6 do PS 1 do MAI) e zero votos contra.*

**PONTO 18 – PROPOSTA DE PROSSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO DE CHAVES NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL COM O AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROCIDADE CHAVES-VERIN, PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS POSTOS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA - PROPOSTA Nº 116/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Este ponto trata de uma proposta de cooperação no âmbito do AECT Chaves/Verin, para que possamos, em conjunto, fazer a gestão dos postos de turismo da Eurocidade; para que haja uma única política de promoção do território.

Entendemos que tem alguma vantagem porque estamos a promover internacionalmente o território, para que tenha uma imagem única. Para que toda a promoção conseguida seja conjunta, com a mesma abordagem, em português, galego e castelhano, independentemente das outras línguas em que se possa produzir.

Vemos aqui uma forma de reforçar o projeto Eurocidade Chaves/Verin, com vantagens para ambos os municípios. Não deixaremos de promover o alto Tâmega, nos postos de turismo sediados no nosso concelho, um em Chaves e o outro em Vidago, quer ao nível do turismo, quer ao nível de outras atividades. Ao nível da Comunidade Intermunicipal desenvolveremos matérias nesse sentido e neste momento há também uma proposta de adesão dos municípios do Alto Tâmega à Eurocidade Chaves/Verin, tal como há dos municípios da comunidade de Monterrey, deixando de ser uma Eurocidade para ser uma micro euro região de seis municípios portugueses com nove municípios galegos.

Não deixaremos também de promover a Região Norte, nos nossos postos de turismo, já que estamos inseridos na Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Esta proposta é apenas para consolidar a imagem da Eurocidade Chaves/Verin.

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

**PONTO 19 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL. LEI N.º 32/2016, DE 24 DE AGOSTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº181/SHSDPC/N.º80/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**O Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que esta é primeira alteração ao Regulamento do regime de acesso à habitação municipal, que decorre da Lei nº 32/2016, de 24 de Agosto.

Essa alteração vem aumentar a transparência na atribuição de habitações. Quando houver um apartamento disponível é obrigatório fazer-se um concurso público e a família que reunir as melhores condições exigidas será a que o receberá, em função da tipologia do apartamento e da composição do agregado familiar.

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*



**PONTO 20 – INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO, PEDIDO DE DECLARAÇÃO – PROCESSO N.º 517/16 – ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA BEMHAJA SARAIVA – LUGAR DE CORTINHAS, FREGUESIA DE VIDAGO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 02.12.2016. Para apreciação, discussão e votação.**

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que está em desenvolvimento um empreendimento turístico na Vila de Vidago para construção de um Hotel Rural e Ambiental, com 64 camas.

É um conceito novo de Hotel Rural e Ambiental, único no nosso território, com estas características. É um investimento de grande relevo e importância para reforçar ainda mais a atratividade turística do Concelho de Chaves.

Vem a esta Assembleia Municipal porque o local onde o projeto vai ser implantado, ocupa uma pequena área de uma parcela de terreno classificado como Reserva Agrícola, embora o solo não tenha essa qualidade. A pequena veiga que a quinta possui vai ser aproveitada para agricultura biológica com que pretendem potenciar o investimento na vertente rural e ambiental.

Para que a desafetação daquela área possa ser feita, a Comissão de Reserva Agrícola Nacional necessita do reconhecimento de interesse municipal, por parte da Assembleia Municipal.

**Intervenções:**

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago – Rui Manuel Branco Rodrigues**, depois de cumprimentar os presentes disse que o seu pedido de intervenção tem a ver com este importante investimento para a Vila de Vidago.

É um investimento de um valor significativo, que ronda os três milhões e meio de euros e vai ocupar uma área de seis hectares localizada na zona do Candal, junto à escola EB2,3 de Vidago.

Este empreendimento vai engrandecer a Vila de Vidago não só por ser um Hotel com características diferentes, em que o conceito vai muito para além daquilo a que estamos habituados, mas também porque vem valorizar a oferta.

Como sabem Vidago é um destino de excelência, ao nível Termal e do Golfe. Este é um conceito de hotel acessível a todos; as trinta e seis unidades de alojamento, entre quartos e bangalós, têm acesso para todos, de forma a poder garantir a sua diferenciação.

A entidade responsável por este investimento vai querer certificar o Hotel em várias valências e principalmente no acesso para todos. Já tem uma parceria a nível internacional para poder trazer clientes estrangeiros.

Por outro lado e esta minha intervenção também tem um pouco a ver com isso, a Junta de Freguesia de Vidago tem estado muito próxima deste investidor. Estamos a apoiar-lo em tudo o que está ao nosso alcance e a ajudar a resolver situações pontuais e obstáculos, que tem aparecido. Só para dar uma ideia o interessado já fez investimento à volta de duzentos mil euros, na aquisição de terrenos e com o estudo prévio e está a avançar para que o investimento se possa concretizar até ao final de 2018, início de 2019.

Este investimento vem complementar os já existentes, nesta vertente. A oferta que Vidago tem, neste momento, é curta para determinados negócios; existem apenas dois hotéis com pouco mais de cem quartos. Com esta oferta poderemos garantir, no futuro, acordos e parcerias a nível internacional no sentido de internacionalizar mais o destino Vidago.

Quando falo em Vidago, considero todo o Concelho de Chaves. Como o Senhor Presidente da Câmara referiu temos mais dois hotéis a serem construídos e o Águas Flávia a ser remodelado, o que demonstra a vontade da iniciativa privada, ao nível do



turismo bem como a necessidade que cada vez mais a Empresa Municipal, com o Balneário de Vidago e o Balneário das Termas de Chaves, terá que apostar claramente na promoção do destino. Isto porque ter dois balneários não significa apenas abrir a porta e trabalhar. É preciso apostar claramente na sua promoção.

Como o Senhor Presidente da Câmara vem referindo, Chaves tem de se afirmar como capital termal e para ter essa ambição temos de nos focar no objetivo de crescimento.

Vidago está a transformar-se. A Junta de Freguesia, em conjunto com o Município, irá fazer uma candidatura no sentido de adaptar algumas vias de circulação de Vidago, de forma a permitir que os clientes desta unidade hoteleira possam chegar à zona termal de uma forma simples e acessível; apoiaremos claramente estes investimentos.

Deixo aqui duas sugestões. Uma ao nível da promoção e a outra na divulgação.

A ideia de associarmos a promoção, no âmbito da Eurocidade, sem esquecer que a junta de Freguesia assumiu a gestão do antigo Posto de Turismo, através da assinatura de um protocolo pelo período de 40 anos com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, é importante. Toda a promoção turística de Vidago vai passar para o edifício recentemente remodelado, da Vidagus Termas, que se situa junto ao Balneário onde, para além da promoção turística, iremos abrir uma loja de produtos regionais. Neste momento já está instalado um balcão da Eurocidade que permite ao turista que nos visita, possa fazer a rota desde Vidago até Verin, carimbando as passagens.

Ao nível da divulgação é importante criar condições para trazer jornalistas estrangeiros e operadores turísticos, ao nosso território. Nós integramos um cluster de Golf que é constituído pelos cinco campos de Golf, de dezoito buracos, da Região Norte; o Vidago, o Primavera, a Casa da Calçada, o Sol Verde e o AXIS de Ponte de Lima, para a promoção internacional. Começamos há quatro anos e os resultados já começaram a aparecer. É dessa forma que temos de estar presentes.

É impensável chegar à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, e ver a CIM do Alto Tâmega, ou o destino Alto Tâmega, num balcãozinho de um metro quadrado.

Isso não faz sentido. Temos de aproveitar não só a Comunidade Intermunicipal mas também o Alto Tâmega e participarmos nestas feiras, nem que seja em menos quantidade, mas que seja com mais visibilidade. Só conseguimos vender se tivermos projeção e se soubermos fazer as coisas bem-feitas.

Terminou desejando a todos umas Boas Festas.

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

**PONTO 21 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRAS. PROPOSTA N.º 101/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

**PONTO 22 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA. PROPOSTA N.º 103/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.**

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

**PONTO 23 – CERTIDÃO IMT – ARTº 45 - REQUERENTE: HERVÉ ALVES DO FUNDO - LOCALIZAÇÃO: RUA DA PONTE Nº 29 - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 300/12 REQUERIMENTO N.º 876/16 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA**



**Nº226/DSCH/2016 - O TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, ENG.º.**  
**Para apreciação, discussão e votação.**

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

**PONTO 24 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE IMI E IRS - REQUERENTE: MARIA ISABEL FREITAS FERREIRA NOGUEIRA - LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA 192-194-196 - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 645/14 REQUERIMENTO N. 1465/16 -INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº241/DSCH/2016 O TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, Eng.º Para apreciação, discussão e votação.**

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

**PONTO 25 - CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS- REQUERENTE: MARIA GLORIA GUERREIRO CONDEZ - LOCALIZAÇÃO: RUA JOAQUIM DELGADO Nº 4 - SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 239/10 REQUERIMENTO N.º 1367/16-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº240/DSCH/2016. O TÉCNICO: PAULO JORGE RODRIGUES BRANCO, Eng.º Para apreciação, discussão e votação.**

**Não houve intervenções:**

*Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua executoriedade imediata.

Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente da Mesa desejou a todos umas Felizes Festas.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda o **Senhor Presidente da Mesa**, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às 18,45 horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, \_\_\_\_\_

A Funcionária \_\_\_\_\_